

## 1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S/A “Controladora” e em conjunto com suas controladas “Grupo DASA” ou “Companhia”, está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços:

- i. auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear;
- ii. médicos ambulatoriais com abrangência para consultas médicas, procedimentos ambulatoriais, procedimentos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares e administração de medicamentos para pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar ou outras modalidades de custeio da saúde.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquias empresariais, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o Grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

## 2 Aquisição de controlada (Combinação de negócios)

As informações referentes as aquisições no exercício de 2016 sofreram as seguintes alterações no exercício de 2017:

### Aquisições no exercício de 2016

#### - Laboratório Gaspar

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 30 de junho de 2016:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
<b>Circulante</b>	<b>4.722</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.513</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.909	Fornecedores	708
Clientes	813	Salários/encargos a pagar	470
		Provisões da folha	617
		Imposto de renda e contribuição social	16
		Impostos a pagar	134
		Impostos parcelados	281
		Outras contas a pagar	287
 <b>Não circulante</b>	 <b>5.152</b>	 <b>Não circulante</b>	 <b>6.497</b>
Imobilizado	5.152	Impostos parcelados	2.220
		Provisão para contingências	277
		AFAC	4.000
		 <b>Patrimônio líquido</b>	 <b>864</b>
		Capital social	318
		Reservas de lucros	546
 <b>Total do ativo</b>	 <b>9.874</b>	 <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	 <b>9.874</b>

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida no montante de R\$ 25.210:

Valor revisado de relacionamento com clientes e reconhecido no período.

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	5.898
Relacionamento com clientes	<u>19.312</u>
	<u>25.210</u>

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de junho de 2016, e determinou o ágio de R\$ 33.359 da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	59.433
Patrimônio líquido	<u>( 864)</u>
	58.569
Intangíveis identificados	25.210
Ágio	<u>33.359</u>
	58.569

<b>Análise do fluxo de caixa da aquisição</b>	<b>Valor</b>
Custos da transação da aquisição	(701)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>3.909</u>
Fluxo de caixa líquido	<u>3.208</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 701 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Em 03 de julho 2017, a Companhia arquivou na Delegacia da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira e alocação de preço pago, com base na Lei 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, do valor justo de ativos e passivos adquiridos, elaborado por avaliador independente.

#### **- Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim**

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de setembro de 2017, foi aprovada sem ressalvas, a ratificação da aquisição, pela Companhia, da totalidade do capital social do Laboratório Cidrim, para fins do disposto no artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 30.755:

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	18.781
Relacionamento com clientes	2.442
Mais valia de ativo fixo	<u>9.532</u>
	<u>30.755</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 26 de outubro de 2016, e determinou o ágio de R\$ 67.037 da seguinte forma:

	Valor
Preço de aquisição	86.000
Patrimônio líquido (negativo)	<u>11.792</u>
	97.792
Intangíveis identificados	30.755
Ágio	<u>67.037</u>
	97.792

Em 17 de novembro de 2017, a Companhia arquivou na Delegacia da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira e alocação de preço pago, com base na Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, do valor justo de ativos e passivos adquiridos, elaborado por avaliador independente.

#### **- Laboratório Oswaldo Cruz, Biomed e Sawaya**

Após a realização das análises necessárias, a operação está dispensada da ratificação pelos acionistas em assembleia geral, uma vez que não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

No processo de identificação de ativos e passivos no Laboratório Oswaldo Cruz também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 22.817:

Intangível	Valor
Marca	12.054
Relacionamento com clientes	5.943
Mais valia de ativo fixo	<u>4.820</u>
	<u>22.817</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de novembro de 2016, e determinou o ágio de R\$ 10.536 para o Laboratório Oswaldo Cruz, R\$ 469 para Biomed e R\$ 21 para Sawaya da seguinte forma:

	<b>Laboratório Oswaldo Cruz (*)</b>	<b>Biomed (*)</b>	<b>Sawaya</b>
Preço de aquisição	32.576	200	100
Patrimônio. líquido negativo (*)	<u>777</u>	<u>269</u>	<u>(79)</u>
	33.353	469	21
Intangíveis identificados	22.817	-	-
Ágio	<u>10.536</u>	<u>469</u>	<u>21</u>
	33.353	469	21

Em 07 de dezembro de 2017, a Companhia arquivou na Delegacia da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira e alocação de preço pago, com base na Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, do valor justo de ativos e passivos adquiridos do Laboratório Oswaldo Cruz, elaborado por avaliador independente.

#### **- Laboratório LEME**

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de setembro de 2017, foi aprovada sem ressalvas, a ratificação da aquisição, pela Companhia, da totalidade do capital social do Laboratório LEME, para fins do disposto no artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>11.416</b>	<b>Circulante</b>	<b>18.703</b>
Caixa e equivalentes de caixa	392	Fornecedores	4.314
Clientes	8.813	Empréstimos e financiamentos	6.649
Estoques	942	Obrigações sociais e trabalhista	2.972
Outros créditos	1.269	Impostos a pagar	2.301
		Impostos parcelados	1.746
		Outras contas a pagar	721
<b>Não circulante</b>	<b>6.888</b>	<b>Não circulante</b>	<b>11.680</b>
Depósito judiciais	185	Empréstimos e financiamentos	2.709
Impostos diferidos	804	Impostos parcelados	7.758
Outros créditos	13	Provisão para contingências	1.213
Imobilizado	5.842		
Intangível	44	<b>Patrimônio líquido negativo</b>	<b>(12.079)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>18.304</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>18.304</b>

No processo inicial de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 51.721:

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	29.220
Relacionamento com clientes	14.683
Mais valia de ativo fixo	<u>7.818</u>
	<u>51.721</u>

A Companhia registrou o valor estimado dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 31 de dezembro de 2016, e determinou o ágio de R\$ 45.358 da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	85.000
Patrimônio líquido (negativo)	<u>12.079</u>
	97.079
Intangíveis identificados	51.721
Ágio	<u>45.358</u>
	97.079

<b>Análise do fluxo de caixa da aquisição</b>	<b>Valor</b>
Custos da transação da aquisição	(759)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>392</u>
Fluxo de caixa líquido	<u>(367)</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 759 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Em 27 de novembro de 2017, a Companhia arquivou na Delegacia da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira e alocação de preço pago, com base na Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, do valor justo de ativos e passivos adquiridos do Laboratório Oswaldo Cruz, elaborado por avaliador independente.

As demais informações sobre as aquisições destas empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **Aquisições no exercício de 2017**

#### **- Laboratório Vital Brasil**

Visando ampliar a sua participação em seu segmento a Companhia adquiriu em 29 de maio de 2017, 100% do capital social do Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. (“Laboratório Vital Brasil”), sociedade com sede na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo. O Laboratório Vital Brasil atua no ramo de análises clínicas, anatomia patológica, citopatologia e vacinas nos Municípios de Guaratinguetá, Aparecida, Lorena, Cachoeira Paulista e Cruzeiro, todos situados no Estado de São Paulo, por meio de seus 7 estabelecimentos, entre unidades de atendimento e laboratório central.

Após a realização das análises necessárias, a operação está dispensada da ratificação pelos acionistas em assembleia geral, uma vez que não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

O valor da aquisição do Laboratório Vital Brasil registrado pela Companhia foi de R\$ 14.190, que é composto de (i) R\$ 12.440 definido no contrato como preço de aquisição de todas as quotas, sendo R\$ 6.220 pagos à vista e R\$ 6.220 serão pagos em quatro parcelas anuais, acrescidas da variação positiva do IPCA calculada *pro rata temporis* a partir da data de assinatura do contrato até e data de seu efetivo pagamento, sendo o vencimento da última parcela em 29 de maio de 2021, e (ii) R\$ 1.750 que corresponde ao valor estimado pela administração de pagamentos adicionais baseados no aumento da receita bruta da sociedade, que serão pagos R\$ 1.000 em 29 de maio de 2018 e R\$ 750 maio de 2019.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 31 de maio de 2017:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.214</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.234</b>
Caixa e equivalentes de caixa	346	Fornecedores	564
Clientes	543	Empréstimos e financiamentos	923
Impostos a recuperar	307	Obrigações sociais e trabalhista	501
Outros créditos	18	Imposto de renda e contribuição social	12
		Impostos a pagar	67
		Impostos parcelados	167
<b>Não circulante</b>	<b>1.193</b>	<b>Não circulante</b>	<b>300</b>
Investimentos	11	Provisão para contingências	300
Imobilizado	1.094		
Intangível	88		
		<b>Patrimônio líquido negativo</b>	<b>(127)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.407</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.407</b>

No exercício de 2017, o Laboratório Vital Brasil contribuiu para a Companhia a partir da data de sua aquisição com receitas líquidas de R\$ 7.667 e lucro antes dos impostos de R\$ 1.088. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 12.442, e lucro antes dos impostos seria acrescido em R\$ 809.

No processo inicial de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 4.335.

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	1.565
Relacionamento com clientes	3.196
Menos valia de ativo fixo	<u>(426)</u>
	<u>4.335</u>



A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 31 de maio de 2017, e determinou o ágio prévio de R\$ 9.982 da seguinte forma:

	Valor
Preço de aquisição	14.190
Patrimônio líquido (negativo)	<u>127</u>
	14.317
Intangíveis identificados	4.335
Ágio	<u>9.982</u>
	14.317

Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia arquivou na Delegacia da Receita Federal o laudo de avaliação econômico-financeira e alocação de preço pago, com base na Lei nº 12.973, Artigo 20, parágrafo 3º, do valor justo de ativos e passivos adquiridos do Laboratório Vital Brasil, elaborado por avaliador independente.

Análise do fluxo de caixa da aquisição	Valor
Custos da transação da aquisição	(124)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>346</u>
Fluxo de caixa líquido	<u>222</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 124 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

#### - Salomão e Zoppi

Em 19 de janeiro de 2017, o conselho de administração da Companhia aprovou a celebração do “Contrato de Compra e Venda, Compromisso de Incorporação de Ações e Outras Avenças” com os acionistas controladores da Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. (SZD), ficando a conclusão da operação sujeita, dentre outras condições estabelecidas de acordo com práticas de mercado para operações similares, à aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras. A SZD desenvolve atividades de análises clínicas, diagnose preventiva e outras atividades relacionadas e/ou utilizadas para auxílio de diagnósticos em medicina no Estado de São Paulo.

Em 11 de agosto de 2017 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme publicado no Diário Oficial da União, envolvendo a aquisição pela Companhia de ações da SZD.

Em 27 de setembro de 2017 a Companhia adquiriu 17.367.606 ações ordinárias e 133.646 ações preferenciais, de emissão de SZD, e, imediatamente após a aquisição, incorporou 1.342.823 ações ordinárias e 248.200 ações preferenciais de emissão de SZD, passando SZD a ser uma sociedade subsidiária integral da Companhia. A incorporação pela Companhia de 1.591.023 ações de emissão

do SZD foi realizada mediante aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 404, representado pela emissão de 2.127.659 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas pela Companhia foram integralmente subscritas pelos diretores da SZD, integralizadas com a versão da totalidade das ações de emissão da SZD para a Companhia, e, entregues em sua totalidade, a acionista da SZD, na proporção de 1,3372899072 ações ordinárias da Companhia para cada 1 ação ordinária da SZD de sua propriedade. O aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 404 corresponde ao patrimônio líquido contábil de SZD em 31 de março de 2017, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. A diferença entre o valor da aquisição de 8,33% do capital social de SZD representado pelo aumento de capital de R\$ 404, e, o valor total de R\$ 58.511 atribuído às 2.127.659 ações emitidas pela Companhia, conforme pregão da BM&FBovespa de 27 de setembro de 2017, cujo preço de fechamento foi de R\$ 27,50 por ação, foi contabilizada na rubrica de “Reserva de capital/Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios”:

- Quantidade de ações emitidas pela Companhia: 2.127.659;
- Preço de fechamento da ação da Companhia (DASA3): R\$ 27,50;
- Preço da aquisição (8,33% do capital social de SZD): R\$ 58.511;
- Aumento de capital da Companhia: R\$ 404; e
- Reserva de capital/Instrumentos patrimoniais: R\$ 58.107.

O valor total da aquisição de 100% do capital social de SZD registrado pela Companhia foi de R\$ 606.764, que é composto de:

- (i) R\$ 548.253 definido no contrato como preço de aquisição de 91,67% quotas, sendo R\$ 398.253 pagos à vista, R\$ 105.000 a vencer em 01 de março de 2018 acrescido da variação do CDI, e R\$ 45.000 aplicados em fundos de renda fixa e CDB / Operações compromissadas, corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência; e
- (ii) R\$ 58.511 que corresponde a incorporação de ações.

A Administração da DASA avaliará se a aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e, sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da DASA em assembleia geral.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 30 de setembro de 2017:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>72.328</b>	<b>Circulante</b>	<b>173.159</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.907	Fornecedores	9.667
Clientes	41.483	Empréstimos e financiamentos	133.170
Estoques	3.088	Obrigações sociais e trabalhista	11.946
Impostos a recuperar	21.095	Impostos a pagar	1.380
Despesas antecipadas	2.408	Impostos parcelados	551
Outros créditos	2.347	Outras contas a pagar e provisões	16.445
<b>Não circulante</b>	<b>85.756</b>	<b>Não circulante</b>	<b>12.464</b>
Tributos diferidos	9.752	Impostos parcelados	1.976
Depósitos judiciais	1.938	Provisão para contingências	8.180
Aplicações financeiras	674	Outras contas a pagar	2.308
Imobilizado	64.435		
Intangível	8.957		
		<b>Patrimônio líquido negativo</b>	<b>(27.539)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>158.084</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>158.084</b>

No exercício de 2017, Salomão e Zoppi contribuiu para a Companhia a partir da data de sua aquisição com receitas líquidas de R\$ 49.976 e prejuízo antes dos impostos de R\$ 12.317. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 238.141, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 42.934.

No processo inicial de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis, que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, no montante de R\$ 219.678:

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	152.241
Relacionamento com clientes	65.020
Mais valia de ativo fixo	<u>2.417</u>
	<u>219.678</u>

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de setembro de 2017, e determinou o ágio prévio de R\$ 414.625 da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	606.764
Patrimônio líquido (negativo)	<u>27.539</u>
	634.303
Intangíveis identificados	219.678
Ágio prévio	<u>414.625</u>
	634.303

A Companhia apurou de forma preliminar o valor justo dos ativos e contingências, assim como a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido com base nas informações existentes até 30 de setembro de 2017. A Companhia contratou avaliador independente para emissão do laudo para a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos que estará concluído dentro do prazo legalmente previsto. Assim, a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contrapartida ágio.

<b>Análise do fluxo de caixa da aquisição</b>	<b>Valor</b>
Custos da transação da aquisição	(3.070)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>1.907</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido	<u>1.163</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 3.070 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

#### **- Laboratório Santa Luzia**

Visando ampliar a sua participação em seu segmento, a Companhia concluiu em 02 de outubro de 2017 a aquisição direta de ações de 50,01% do capital social da Laboratório Médico Santa Luzia S.A., e indireta de ações de 50,01% do Laboratório de Pesquisas Clínicas e Bromatológicas Ltda. e da Usina de Diagnóstico e Alta Performance S.A.

A Administração da Companhia avaliará se a operação se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e, sendo esse o caso, submeterá a operação à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

O valor total dessa aquisição registrado pela Companhia foi de R\$ 25.439, sendo R\$ 20.068 pagos à vista, e, o saldo de R\$ 5.371 corresponde ao valor estimado do ajuste de preço determinado com base na diferença entre o endividamento líquido máximo e o endividamento líquido do fechamento.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, e Patrimônio líquido negativo de (R\$ 38.108), com participação da Companhia de 50,01% (R\$ 19.058) e participação de não controladores de 49,99% (R\$ 19.050), que foram consolidados pela Companhia em 30 de setembro de 2017:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>18.133</b>	<b>Circulante</b>	<b>42.534</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.492	Fornecedores	8.265
Clientes	13.017	Empréstimos e financiamentos	11.057
Impostos a recuperar	771	Obrigações sociais e trabalhista	5.217
Outros créditos	853	Impostos a pagar	1.500
		Impostos parcelados	10.960
		Adiantamento de clientes	5.020
		Outros	515
<b>Não circulante</b>	<b>15.642</b>	<b>Não circulante</b>	<b>29.349</b>
Depósitos Judiciais	758	Empréstimos e financiamentos	11.214
Clientes	978	Impostos parcelados	6.995
Outros créditos	5.638	Impostos diferidos	45
Investimentos	2.970	Provisão para contingências	50
Imobilizado	5.211	Partes relacionadas	11.045
Intangível	87		
		<b>Patrimônio líquido negativo</b>	<b>(38.108)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>33.775</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>33.775</b>

No exercício de 2017, o Laboratório Santa Luzia contribuiu para a Companhia a partir da data de sua aquisição com receitas líquidas de R\$ 24.709 e lucro antes dos impostos de R\$ 4.976. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 40.348, e prejuízo antes dos impostos seria acrescido em R\$ 33.741.

No processo de identificação prévia de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida no montante de R\$ 19.938:

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	16.194
Relacionamento com clientes	2.679
Mais valia de ativos fixo	<u>1.065</u>
	<u>19.938</u>

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de setembro de 2017, e determinou o ágio preliminar de R\$ 24.559 da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	25.439
Patrimônio líquido (negativo)	<u>19.058</u>
	44.497
Intangíveis identificados	19.938
Ágio	<u>24.559</u>
	44.497

A Companhia contratou avaliador independente para emissão de laudo que será concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

<b>Análise do fluxo de caixa da aquisição</b>	<b>Valor</b>
Custos da transação da aquisição	(1.045)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>3.492</u>
Fluxo de caixa líquido	<u>2.447</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$1.045 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

#### - MOB Laboratório de Análises Clínicas

Visando ampliar a sua participação em seu segmento, a Companhia concluiu em 10 de outubro de 2017 a aquisição direta de ações de 100% do capital social da MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda.

A Administração da Companhia avaliará se a operação se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e, sendo esse o caso, submeterá a operação à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

O valor da aquisição do MOB Laboratório de Análises Clínicas foi de R\$ 62.669, sendo R\$ 30.660,5 pagos à vista e R\$30.660,5 serão pagos em três parcelas anuais, as quais serão corrigidas pela variação de 100% do CDI a partir da data de assinatura do contrato até a data de seu efetivo pagamento, sendo o vencimento da última parcela em 10 de outubro de 2020. Serão pagos em 10 de outubro de 2018 as superveniências ativas identificadas na data do fechamento até o montante de R\$ 1.348.

A combinação de negócios acima foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, que foram consolidados pela Companhia em 30 de setembro de 2017:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
<b>Circulante</b>	<b>5.193</b>	<b>Circulante</b>	<b>4.742</b>
Caixa e equivalentes de caixa	737	Fornecedores	1.457
Clientes	3.789	Empréstimos e financiamentos	168
Estoques	351	Obrigações sociais e trabalhista	2.269
Impostos a recuperar	270	Impostos a pagar	412
Outros créditos	46	Adiantamento de clientes	220
		Outros	216
<b>Não circulante</b>	<b>2.696</b>	<b>Não circulante</b>	<b>129</b>
Depósitos Judiciais	107	Empréstimos e financiamentos	51
Investimentos	109	Provisão para contingências	78
Imobilizado	2.360		
Intangível	120		
		<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.018</b>
		Capital social	3.400
		Prejuízos acumulados	(382)
<b>Total do ativo</b>	<b>7.889</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>7.889</b>

No exercício de 2017, MOB Laboratório de Análises Clínicas contribuiu para a Companhia a partir da data de sua aquisição com receitas líquidas de R\$ 7.084 e lucro antes dos impostos de R\$ 782. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas líquidas, em função

desta aquisição, seriam acrescidas em R\$ 30.684, e lucro antes dos impostos seria acrescido em R\$ 4.326.

No processo de identificação prévia de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida no montante de R\$ 26.319:

<b>Intangível</b>	<b>Valor</b>
Marca	15.883
Relacionamento com clientes	6.569
Mais valia de ativos fixo	197
Acordo de não competição	<u>3.670</u>
	<u>26.319</u>

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios baseada no valor contábil do acervo líquido adquirido de 30 de setembro de 2017, e determinou o ágio preliminar de R\$ 33.332 da seguinte forma:

	<b>Valor</b>
Preço de aquisição	62.669
Patrimônio líquido	<u>(3.018)</u>
	59.651
Intangíveis identificados	26.319
Ágio	<u>33.332</u>
	59.651

A Companhia contratou avaliador independente para emissão de laudo que será concluído dentro do prazo legalmente previsto a avaliação final do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Assim a Companhia deverá ajustar o valor do ágio preliminar reconhecido na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos, em contra partida ágio.

<b>Análise do fluxo de caixa da aquisição</b>	<b>Valor</b>
Custos da transação da aquisição	(302)
Caixa líquido adquirido da controlada	<u>737</u>
Fluxo de caixa líquido	<u>435</u>

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 302 incorridos até o fechamento das demonstrações financeiras foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.



### **3 Base de preparação**

#### **3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

- (a) As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

- (b) Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvida significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

#### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.3 Uso de estimativas e julgamentos**

As informações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas normas exigem que a preparação das informações financeiras individuais e consolidadas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nos julgamentos, premissas e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**(a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 5a e nº 12 - consolidação: determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 5q e nº 17- arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

**(b) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa nº 9 – Contas a receber de clientes – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 27 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 28 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

**(i) *Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O a Companhia e suas controladas estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros

para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - aquisição de negócio.
- Nota explicativa nº 22(b) - transações de pagamento baseado em ações;
- Nota explicativa nº 28(b) - instrumentos financeiros; e

### **3.4 Base de mensuração**

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- Os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;

## 4 Retificação de erros

- i) Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas identificaram as reclassificações abaixo demonstradas, a tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

### Balancos patrimoniais

*Em milhares de Reais*

31 de dezembro de 2016

	Impactos da retificação de erros					
	Anteriormente apresentado		Ajustes efetuados		Reapresentado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras (a)	61.620	74.018	(8.113)	(20.511)	53.507	53.507
Aplicações financeiras vinculadas (a)	-	-	8.113	20.511	8.113	20.511
Investimentos (b)	2.330.429	532	(1.732.484)	-	597.945	532
Ativos intangível (b)	426.795	2.597.217	1.771.762	39.278	2.198.557	2.636.495
Outros	2.202.928	2.452.960	-	-	2.202.928	2.452.960
<b>Total de ativos</b>	<b>5.021.772</b>	<b>5.124.727</b>	<b>39.278</b>	<b>39.278</b>	<b>5.061.050</b>	<b>5.164.005</b>
Fornecedores (c)	216.712	241.196	36.151	36.474	252.863	277.670
Tributos diferidos (b)	155.214	161.958	39.278	39.278	194.492	201.236
Outras contas a pagar (c)	78.121	81.109	(36.151)	(36.474)	41.970	44.635
Outros	4.571.725	4.640.464	-	-	4.571.725	4.640.464
<b>Total de passivos</b>	<b>5.021.772</b>	<b>5.124.727</b>	<b>39.278</b>	<b>39.278</b>	<b>5.061.050</b>	<b>5.164.005</b>

Não há impacto sobre as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e lucro líquido por ação básico ou diluído da Companhia, nas mutações do patrimônio líquido e nenhum impacto material nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### (a) Aplicações financeiras – não circulante

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, na rubrica de aplicações financeiras eram considerados títulos aplicados em fundos de renda fixa, CDB e operações compromissadas vinculados ao pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, neste sentido foram reclassificadas para Aplicações financeiras vinculadas.

**(b) Investimentos e Intangíveis**

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, no balanço patrimonial da controladora na rubrica de investimentos o montante de R\$ 1.848.772 referente a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de sociedades adquiridas e incorporadas, e reapresentado para a rubrica de intangível. E o montante R\$ 77.010 referentes a ativos intangíveis identificados nas aquisições de participações societárias, representados por marcas e relacionamentos com clientes, a reclassificação líquida entre as rubricas de investimentos e intangível de 2016 R\$ 1.771.762.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2017, foi identificado o montante de R\$ 39.278 referente à marcas e relacionamento com clientes, e foram reclassificados na controladora para a rubrica de Investimentos e no consolidado para a rubrica de Intangíveis, que foi anteriormente apresentado na rubrica de Tributos diferidos passivos.

**(c) Fornecedores e outras contas a pagar**

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 36.151 na controladora e R\$ 36.474 no consolidado, referentes as provisões para serviços médicos especializados, eram classificadas no grupo de outras contas a pagar, e foram reclassificadas para o grupo de fornecedores.

## **5 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pelas entidades da Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, seja como resultado de uma retificação de erros (veja nota explicativa nº 4). Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

### **a. Base de consolidação**

**(i) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Companhia (veja (a) (iii)). A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (s)(ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (p)).

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações

contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

**(ii) *Controladas***

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

**(iii) *Participação de acionistas não-controladores***

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**(iv) *Perda de controle***

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(v) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**(vi) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**b. Moeda estrangeira**

**(i) *Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. Receita operacional**

**(i) *Receitas de serviços***

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises

clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

#### **d. Benefícios a empregados**

##### **(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### **(ii) Acordos de pagamento baseado em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

#### **e. Receita financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.



As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, despesas com taxas de cartão de crédito, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver, mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**g. Impostos, taxas e contribuições**

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Tributo Federal;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviços – Tributo Municipal;

*Impostos sobre vendas*

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

**h. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

**i. Determinação do ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

## **j. Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **k. Intangível**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

#### **Ágio**

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

### *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### **(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

#### **(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **I. Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

#### **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e das suas controladas.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para

considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e de suas controladas e contraparte quando apropriado.

**m. Segregação entre circulante e não circulante**

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das informações financeiras.

**n. Capital Social**

**(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

**(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)**

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

**(iii) Instrumentos financeiros compostos**

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia e suas controladas compreendem notas conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital por opção do detentor, e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em instrumento de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

**(iv) Resultado por ação básico e diluído**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de

diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**o. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

### *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

## **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



**p. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**q. Pagamentos de arrendamentos**

**(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento***

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

**(ii) *Ativos arrendados***

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

**(iii) *Pagamentos arrendados***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**r. Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

**s. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## 6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

### 6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

#### *i. CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 - trata da classificação, mensuração e do reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9 foi emitido de forma completa em julho de 2014 e substituirá o CPC 38 / IAS 39. O CPC 48 / IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e ao custo amortizado. Essa classificação é determinada no reconhecimento inicial e depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e de suas características contratuais quanto ao recebimento dos fluxos de caixa.

Com relação aos passivos financeiros que não se enquadrem como derivativos, a principal mudança se refere à possibilidade de mensuração ao valor justo por meio do resultado, quando esse tratamento eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (descasamento contábil).

Quanto à redução ao valor recuperável, o CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante e implementação de controles e critérios para identificação de mudanças em fatores econômicos e de clientes que possam afetar as perdas esperadas de crédito. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia efetuou a análise dos impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9, como segue:

#### **Modelo de negócios e respectiva classificação dos ativos financeiros**

Para o contas a receber de nossas atividades operacionais, nosso modelo de negócios prevê que os ativos financeiros relativos ao contas a receber de nossas atividades operacionais são mantidos com o propósito de receber fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos se constituem em recebimentos de principal e juros. Portanto, a classificação desses ativos se enquadra como custo amortizado.

Já para aplicações financeiras, nosso modelo de negócio prevê que as aplicações devem estar concentradas em fundos de investimentos em renda fixa com liquidez diária, e CDBs que propiciem a possibilidade de resgate a qualquer momento sem perda da rentabilidade contratada. Esses resgates são efetuados não com base em vencimento dos títulos e papéis, mas sim com base em nossa necessidade de caixa. Portanto, as aplicações financeiras se enquadram como ativos mensurados ao valor justo através do resultado.

Essas classificações são consistentes com os critérios anteriormente adotados, não havendo, portanto, alterações significativas na classificação dos ativos financeiros por conta da adoção da nova norma.

### **Classificação dos passivos financeiros**

A Companhia não identificou nenhuma situação de descasamento contábil que justificasse a mensuração de passivos não derivativos a valor justo por meio do resultado. Dessa forma, não haverá alterações significativas por conta da adoção da nova norma.

### **Redução ao valor recuperável**

A Companhia pretende adotar a abordagem simplificada prevista na norma e registrará perdas esperadas durante toda a vida do contas a receber de clientes. Dessa forma, revisamos a grade de provisões para perdas decorrentes de inadimplência, passando a incluir provisões para contas a receber a vencer e vencidos há menos de 90 dias.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia.

#### *ii. CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com clientes*

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 (CPC 47), que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 (CPC 47) contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. A adoção retrospectiva total ou modificada é exigida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.

### **Contraprestação variável**

Nossos contratos com convênios e hospitais preveem descontos em nossas receitas por conta de glosas, que representam desconformidade técnica ou administrativa de comprovantes enviados ou serviços prestados em que não conseguimos recorrer ou recorrer. Segundo o CPC 47 / IFRS 15, estes descontos deverão ser estimados no momento do reconhecimento da receita do serviço prestado, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer. A Companhia concluiu que será necessário um ajuste referente às glosas no momento inicial do reconhecimento da receita, com base no histórico médio de descontos concedidos por glosas não recuperadas.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia.

iii. *IFRS 16 – Arrendamentos*

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração concluiu a avaliação inicial do potencial impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas ainda não completou avaliação detalhada a qual será realizada com consultoria especializada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento nessa data, a avaliação da Administração se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos da Companhia e suas controladas, no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis totalizavam R\$ 816.568 no consolidado, em valores nominais, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 17.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia e suas controladas.

A Administração espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa nº 18.

(i) ***Determinar se um contrato contém um arrendamento***

A companhia possui um contrato que legalmente não é um contrato de arrendamento, pelo qual concluiu que o contrato contém um arrendamento de equipamento nos termos da IFRIC 4, conforme nota explicativa nº 5q. Na transição para a IFRS 16, e pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou

- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Administração planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

**(ii) Transição**

Como arrendatária, a Companhia e suas controladas podem aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Administração pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Administração está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia e suas controladas não são obrigadas a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

**(a) Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
Caixa e bancos	2.513	3.987	10.966	10.515
Aplicações financeiras	<u>319.210</u>	<u>226.889</u>	<u>500.699</u>	<u>277.379</u>
	<u>321.723</u>	<u>230.876</u>	<u>511.665</u>	<u>287.894</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa da Companhia classificado no ativo circulante está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>			
	<b><u>31/12/17</u></b>		<b><u>31/12/16</u></b>	
	<b><u>Valor</u></b>	<b><u>Rendimento médio no período</u></b>	<b><u>Valor</u></b>	<b><u>Rendimento médio no período</u></b>
Fundo de renda fixa	217.657	100,17% do CDI	148.127	100,30% do CDI
CDB / Operações compromissadas	101.553	97,71% do CDI	78.762	101,61% do CDI
Caixa e bancos	<u>2.513</u>	-	<u>3.987</u>	-
	<u>321.723</u>		<u>230.876</u>	

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b><u>31/12/17</u></b>		<b><u>31/12/16</u></b>	
	<b><u>Valor</u></b>	<b><u>Rendimento médio no período</u></b>	<b><u>Valor</u></b>	<b><u>Rendimento médio no período</u></b>
Fundo de renda fixa	396.023	100,17% do CDI	191.183	100,30% do CDI
CDB / Operações compromissadas	104.676	97,71% do CDI	86.196	101,61% do CDI
Caixa e bancos	<u>10.966</u>	-	<u>10.515</u>	-
	<u>511.665</u>		<u>287.894</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 8 Aplicações financeiras

Controladora				
	31/12/17		31/12/16 Reapresentado (b)	
	Valor em R\$	Rendimento médio no período	Valor em R\$	Rendimento médio no período
Fundo de investimento renda fixa – não exclusivo Certificado recebíveis imobiliário (a)	78.789 <u>20.980</u>	105,04% do CDI IGPM + 8,19%	363.881 <u>60.245</u>	102,54% do CDI IGPM + 8,19%
	99.769		424.126	
Ativo circulante	80.964		370.619	
Ativo não circulante	<u>18.805</u>		<u>53.507</u>	

  

Consolidado				
	31/12/17		31/12/16 Reapresentado (b)	
	Valor em R\$	Rendimento médio no período	Valor em R\$	Rendimento médio no período
Fundo de investimento renda fixa – não exclusivo Certificado recebíveis imobiliário (a)	78.789 <u>20.980</u>	105,04% do CDI IGPM+8,19%	363.881 <u>60.245</u>	102,41% do CDI IGPM+8,19%
	99.769		424.126	
Ativo circulante	80.964		370.619	
Ativo não circulante	<u>18.805</u>		<u>53.507</u>	

(a) Títulos de empresas privadas adquiridos pela Controladora, com securitização de aluguéis.

(b) Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2016. Veja nota explicativa nº 4.



## 9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Duplicatas a receber:				
A vencer	354.939	319.123	464.260	346.896
Vencidos (c)	<u>158.834</u>	<u>143.741</u>	<u>196.707</u>	<u>187.181</u>
	513.773	462.864	660.967	534.077
Outras contas a receber:				
Cheques a receber	-	185	-	186
Cheques devolvidos	981	1.743	1.008	1.766
Cartão de crédito (a)	3.465	2.346	5.242	2.952
Convênios a faturar (b)	<u>82.435</u>	<u>78.019</u>	<u>120.742</u>	<u>119.090</u>
	<u>86.881</u>	<u>82.293</u>	<u>126.992</u>	<u>123.994</u>
Total Contas a receber de clientes	<u>600.654</u>	<u>545.157</u>	<u>787.959</u>	<u>658.071</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos (c)	<u>(80.120)</u>	<u>(80.446)</u>	<u>(124.559)</u>	<u>(106.887)</u>
	520.534	464.711	663.400	551.184
Ativo circulante	<u>517.533</u>	<u>463.209</u>	<u>660.399</u>	<u>549.682</u>
Ativo não circulante	<u>3.001</u>	<u>1.502</u>	<u>3.001</u>	<u>1.502</u>

(a) No final do exercício de 2017 a Companhia efetuou antecipação sem regresso das contas a receber junto as operadoras de cartões de crédito, para reforço de capital de giro, com custo de 0,627% a.m., foram descontados R\$ 60.084 na controladora e R\$ 61.893 no consolidado

(b) A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período.

(c) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

		Controladora					
		31/12/17			31/12/16		
	% de provisão	Valor bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor bruto	Provisão para perda	Valor líquido
1 a 30		26.001	-	26.001	47.975	-	47.975
31 a 60		10.693	-	10.693	20.641	-	20.641
61 a 90		13.487	-	13.487	13.884	-	13.884
91 a 120	25%	10.757	(2.689)	8.068	7.724	(1.931)	5.793
121 a 180	50%	18.180	(9.090)	9.090	12.626	(6.313)	6.313
181 a 360	75%	49.424	(37.068)	12.356	20.340	(15.255)	5.085
acima de 360	100%	<u>30.292</u>	<u>(30.292)</u>	-	<u>20.551</u>	<u>(20.551)</u>	-
		<u>158.834</u>	<u>(79.139)</u>	<u>79.695</u>	<u>143.741</u>	<u>(44.050)</u>	<u>99.691</u>

		Consolidado					
		31/12/17			31/12/16		
	% de provisão	Valor bruto	Provisão para perda	Valor líquido	Valor bruto	Provisão para perda	Valor líquido
1 a 30		30.320	-	30.320	53.604	-	53.604
31 a 60		12.657	-	12.657	25.334	-	25.334
61 a 90		16.567	-	16.567	16.517	-	16.517
91 a 120	25%	14.580	(3.645)	10.935	11.186	(2.796)	8.390
121 a 180	50%	19.536	(9.768)	9.768	17.454	(8.727)	8.727
181 a 360	75%	57.711	(43.283)	14.428	31.464	(23.598)	7.866
acima de 360	100%	45.336	(45.336)	-	31.622	(31.622)	-
		<u>196.707</u>	<u>(102.032)</u>	<u>94.675</u>	<u>187.181</u>	<u>(66.743)</u>	<u>120.438</u>

Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
<b>Provisões para:</b>				
Provisões para títulos vencidos (a)	(79.139)	(44.050)	(102.032)	(66.743)
Provisões para créditos duvidosos (b)	-	(34.653)	(896)	(36.974)
Provisões para cheques devolvidos (c)	(981)	(1.743)	(1.008)	(1.766)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas (d)	-	-	(20.623)	(1.404)
	<u>(80.120)</u>	<u>(80.446)</u>	<u>(124.559)</u>	<u>(106.887)</u>

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia e suas controladas é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Essa complexidade historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Nos mesmos moldes, a Companhia e suas controladas constituem provisão para devedores considerados duvidosos. Quando necessário, e em função exclusivamente do agravamento do nível de risco de crédito de algumas fontes pagadoras, é constituída provisão adicional específica para esses clientes.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização desses; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

#### As provisões para perdas estão assim distribuídas:

- (a) **Provisões para títulos vencidos** - Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a Companhia e suas controladas possuem uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se os percentuais de provisão divulgados no quadro (c) Títulos vencidos.
- (b) **Provisões para créditos duvidosos** - No sentido de permitir absorver perdas em função do agravamento do risco de crédito, a Companhia e suas controladas constituem provisão para determinados clientes dos mercados privado e público acima dos percentuais determinados na política para constituição de provisão, visto apresentarem situação financeira que enseja maior dificuldade na recuperação dos respectivos créditos. À medida que os títulos provisionados

vierem a ser liquidados, são efetuadas as reversões a eles atinentes. Em 31 de dezembro de 2017 o montante dessa provisão era de R\$ 896 (R\$ 36.974 em 31 dezembro de 2016) no consolidado.

- (c) **Provisões para cheques devolvidos** - Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques de clientes pessoa física devolvidos por insuficiência de fundos.
- (d) **Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas** – Provisões assumidas pela Companhia proveniente de Empresas adquiridas.

No exercício de 2017 as perdas decorrentes de glosas e inadimplência representaram 2,3% da receita operacional bruta (2,6% no exercício de 2016).

A partir de 2012, a administração passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 720 dias. No exercício de 2017, por esse critério foram baixados R\$ 38.975 (R\$ 30.290 no exercício de 2016).

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nessa rubrica.

#### **Movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos:**

A movimentação no exercício de 2017, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(80.446)</u>	<u>(106.887)</u>
<b>Variação da provisão:</b>		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(155.264)	(183.308)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	-	(19.219)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	154.828	184.097
Reversão de provisão para cheques devolvidos	<u>762</u>	<u>758</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(80.120)</u>	<u>(124.559)</u>

## 10 Estoques

Controladora						
Descrição	31/12/17			31/12/16		
	Estoques	Provisões (a)	Estoques líquidos	Estoques	Provisões (a)	Estoques líquidos
Material direto nacional	37.626	(4.361)	33.265	46.209	(1.937)	44.272
Material direto importado	2.660	(168)	2.492	8.249	(363)	7.886
Material secundário nacional	18.885	(192)	18.693	16.487	(1.642)	14.845
Material de consumo	<u>12.352</u>	<u>(78)</u>	<u>12.274</u>	<u>6.301</u>	<u>(844)</u>	<u>5.457</u>
	<u>71.523</u>	<u>(4.799)</u>	<u>66.724</u>	<u>77.246</u>	<u>(4.786)</u>	<u>72.460</u>

Consolidado						
Descrição	31/12/17			31/12/16		
	Estoques	Provisões (a)	Estoques líquidos	Estoques	Provisões (a)	Estoques líquidos
Material direto nacional	50.334	(4.808)	45.526	53.734	(2.038)	51.696
Material direto importado	2.996	(169)	2.827	8.915	(363)	8.552
Material secundário nacional	22.193	(241)	21.952	18.553	(1.671)	16.882
Material de consumo	<u>15.187</u>	<u>(89)</u>	<u>15.098</u>	<u>7.411</u>	<u>(848)</u>	<u>6.563</u>
	<u>90.710</u>	<u>(5.307)</u>	<u>85.403</u>	<u>88.613</u>	<u>(4.920)</u>	<u>83.693</u>

- (a) Provisão para perda e obsolescência - De forma a refletir a melhor estimativa de perda da Companhia em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída, principalmente por determinados itens sem movimento há mais de 180 dias.

## 11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
IRPJ/CSLL – crédito a recuperar sobre saldo negativo	101.915	98.594	130.897	109.083
INSS a recuperar	17.822	6.592	24.334	34.878
PIS/COFINS/CSLL - retenções na fonte sobre faturamento	6.929	39.993	40.206	42.873
Outros	<u>4.261</u>	<u>12.547</u>	<u>6.754</u>	<u>15.620</u>
	<u>130.927</u>	<u>157.726</u>	<u>202.191</u>	<u>202.454</u>

## 12 Investimentos

### 12.1 - Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u> Reapresentado (b)	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	20.849	19.912	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	71.967	77.318	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. (CERPE)	42.468	42.671	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	33.139	31.603	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	2.516	2.301	-	-
Antônio P. Gaspar Laboratórios Ltda. (a)	21.088	19.558	-	-
Laboratório de Análises Clínicas Gilson Cidrim Ltda. (a)	-	3.272	-	-
Laboratório Oswaldo Cruz Ltda. (a)	6.017	2.647	-	-
Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda. (a)	192	244	-	-
Sawaya & Giana Serviços Auxiliares de Organização de Escritórios Ltda. (a)	239	137	-	-
Leme - Laboratório de Endocrinologia e Metabologia da Bahia Ltda. (a)	2.592	-	-	-
Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. (a)	2.837	-	-	-
Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. (a)	141.115	-	-	-
MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (a)	<u>5.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	350.070	199.663	-	-
Ágio na aquisição de participações	751.095	281.603	-	-
Ativo intangível identificado na aquisição de participações	<u>388.387</u>	<u>116.288</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.489.552</u>	<u>597.554</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	<u>2.890</u>	<u>391</u>	<u>6.198</u>	<u>532</u>
	<u>1.492.442</u>	<u>597.945</u>	<u>6.198</u>	<u>532</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

(b) Veja nota explicativa nº 4.

<b>Empresa controlada</b>	<b>Data-base</b>	<b>Quantidade de quotas/ações do capital social</b>	<b>Quantidade de quotas/ações possuídas</b>	<b>Percentual de participação no capital integralizado</b>	<b>Capital integralizado</b>	<b>Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)</b>	<b>Resultado do período</b>
<b><u>Controladas diretas:</u></b>							
DASA Real Estate	31/12/2017	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	20.849	937
	31/12/2016	25.667.079	25.667.078	99,99	25.667	19.912	(6.781)
CientíficaLab	31/12/2017	70.676.629	53.676.628	82,90	125.177	71.967	(17.351)
	31/12/2016	70.676.629	53.676.628	82,90	113.177	77.318	(43.832)
CERPE	31/12/2017	122.024	20.858	99,00	711	42.468	5.950
	31/12/2016	122.024	120.804	99,00	122	42.671	6.950
Previlab	31/12/2017	23.113.314	23.009.743	99,56	29.613	33.139	4.197
	31/12/2016	23.113.314	23.009.743	99,56	29.613	31.603	2.336
CRMI Petrópolis	31/12/2017	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.516	1.457
	31/12/2016	1.080.222	756.155	70,00	1.080	2.301	1.091
Laboratório Gaspar (a)	31/12/2017	4.317.845	4.317.844	99,99	4.318	21.088	3.092
	31/12/2016	4.317.845	4.317.844	99,99	4.318	19.558	13.867
Laboratório Gilson Cidrim (a)	31/12/2017	10.120.000	10.119.999	99,99	12.120	(1.593)	(6.865)
	31/12/2016	10.120.000	10.119.999	99,99	10.120	3.272	5.064
Laboratório Oswaldo Cruz (a)	31/12/2017	100.000	100.000	100	2.600	6.017	4.417
	31/12/2016	100.000	100.000	100	2.600	2.647	924
Biomed (a)	31/12/2017	181.600	181.600	100	682	192	(52)
	31/12/2016	181.600	181.600	100	682	244	13
Sawaya (a)	31/12/2017	1.000	1.000	100	1	239	133
	31/12/2016	1.000	1.000	100	1	137	58
Leme (a)	31/12/2017	100.000	100.000	100	12.100	2.592	2.671
	31/12/2016	100.000	100.000	100	100	(12.079)	-
Vital Brasil (a)	31/12/2017	1.200	1.200	100	2.120	2.837	964
Salomão e Zoppi (a)	31/12/2017	19.092.275	19.092.275	100	189.092	141.115	(1.346)
Laboratório Santa Luzia (a)	31/12/2017	1.500	750	50,01	467	(16.667)	2.391
MOB Laboratório de Análises Clínicas (a)	31/12/2017	4.900.000	4.900.000	100	4.900	5.051	533

(a) Aquisição de participações societárias nos exercícios de 2016 e 2017, vide detalhes na nota explicativa nº 2.

## 12.2 - Movimentações dos investimentos / Provisão para perda em controlada

	Saldo em 31/12/16	Integraliza- ção de capital	Aquisição de controladas	Alteração no patrimônio de aquisição de controladas	Transf. de patrimônio líquido negativo para investimento	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/17
DASA Real Estate	19.912	-	-	-	-	-	937	20.849
CientíficaLab	77.318	12.000	-	-	-	-	(17.351)	71.967
CERPE	42.671	-	-	-	-	(6.153)	5.950	42.468
Previlab	31.603	-	-	-	-	(2.661)	4.197	33.139
CRMI Petrópolis	2.301	-	-	-	-	(1.242)	1.457	2.516
Gaspar	19.558	-	-	(827)	-	(735)	3.092	21.088
Gilson Cidrim	3.272	2.000	-	-	1.593	-	(6.865)	-
Oswaldo Cruz	2.647	-	-	-	-	(1.047)	4.417	6.017
Biomed	244	-	-	-	-	-	(52)	192
Sawaya	137	-	-	-	-	(31)	133	239
Leme	-	-	-	-	(79)	-	2.671	2.592
Vital Brasil	-	2.000	(127)	-	-	-	964	2.837
Salomão e Zoppi	-	170.000	(27.539)	-	-	-	(1.346)	141.115
MOB	-	1.500	3.018	-	-	-	533	5.051
	<u>199.663</u>	<u>187.500</u>	<u>(24.648)</u>	<u>(827)</u>	<u>1.514</u>	<u>(11.869)</u>	<u>(1.263)</u>	<u>350.070</u>
<b>Provisão para perda em controlada</b>								
Gilson Cidrim	-	-	-	-	(1.593)	-	-	(1.593)
Leme	(12.079)	12.000	-	-	79	-	-	-
Santa Luzia	-	-	(19.058)	-	-	-	2.391	(16.667)
	<u>(12.079)</u>	<u>12.000</u>	<u>(19.058)</u>	<u>-</u>	<u>(1.514)</u>	<u>-</u>	<u>2.391</u>	<u>(18.260)</u>
	<u>187.584</u>	<u>199.500</u>	<u>(43.706)</u>	<u>(827)</u>	<u>-</u>	<u>(11.869)</u>	<u>1.128</u>	<u>331.810</u>

## 13 Imobilizado

Controladora					
Taxa média Depreciação	31/12/17			31/12/16	
	% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	824	(624)	200	230
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	610.556	(384.199)	226.357	253.471
Benfeitorias em imóveis próprios	10	4.066	(1.795)	2.271	2.678
Aparelhos e equipamentos	13	765.931	(380.636)	385.295	358.893
Móveis e utensílios	11	88.539	(44.083)	44.456	51.717
Instalações	10	96.958	(52.763)	44.195	50.404
Equipamentos de informática	20	150.245	(108.940)	41.305	50.665
Veículos	20	3.549	(3.372)	177	361
Biblioteca	10	184	(161)	23	33
Terrenos	-	180	-	180	180
Imobilizações em andamento	-	105.364	-	105.364	11.233
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.854)	-	(4.854)	(4.837)
		<u>1.821.542</u>	<u>(976.573)</u>	<u>844.969</u>	<u>775.028</u>

Consolidado					
Taxa média Depreciação	31/12/17			31/12/16	
	% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4	5.146	(2.292)	2.854	2.466
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	674.894	(409.067)	265.827	266.368
Benfeitorias em imóveis próprios	10	19.564	(12.354)	7.210	6.932
Aparelhos e equipamentos	13	832.625	(408.902)	423.723	365.913
Móveis e utensílios	11	107.303	(53.192)	54.111	58.670
Instalações	10	100.218	(54.197)	46.021	51.648
Equipamentos de informática	20	170.642	(123.932)	46.710	53.799
Veículos	20	5.092	(4.774)	318	(366)
Biblioteca	10	201	(174)	27	21
Terrenos	-	3.389	-	3.389	3.389
Imobilizações em andamento	-	109.970	-	109.970	12.051
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.854)	-	(4.854)	(4.837)
		<u>2.024.190</u>	<u>(1.068.884)</u>	<u>955.306</u>	<u>816.054</u>



## Movimentação do custo

Controladora					
Movimento do exercício					
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências (c)	31/12/17
Imóveis	824	-	-	-	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	593.400	-	(1.293)	18.449	610.556
Benfeitorias em imóveis próprios	4.066	-	-	-	4.066
Aparelhos e equipamentos	683.900	-	(20.870)	102.901	765.931
Móveis e utensílios	88.836	-	(1.252)	955	88.539
Instalações	94.274	-	(136)	2.820	96.958
Equipamentos de informática	142.750	-	(860)	8.355	150.245
Veículos	3.609	-	(60)	-	3.549
Biblioteca	184	-	-	-	184
Terrenos	180	-	-	-	180
Imobilizações em andamento	11.233	227.640	(29)	(133.480)	105.364
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável (a)	<u>(4.837)</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(4.854)</u>
	<u>1.618.419</u>	<u>227.640</u>	<u>(24.517)</u>	<u>-</u>	<u>1.821.542</u>

Consolidado						
Movimento do exercício						
	31/12/16	Aquisição Controlada (b)	Adições	Baixas	Transferências (c)	31/12/17
Imóveis	4.564	582	-	-	-	5.146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	614.887	43.782	38	(3.085)	19.272	674.894
Benfeitorias em imóveis próprios	17.726	-	1.838	-	-	19.564
Aparelhos e equipamentos	704.543	47.182	978	(22.996)	102.918	832.625
Móveis e utensílios	99.900	9.279	1.106	(3.939)	957	107.303
Instalações	96.623	1.154	25	(454)	2.870	100.218
Equipamentos de informática	150.712	13.838	1.020	(3.341)	8.413	170.642
Veículos	6.039	330	-	(1.277)	-	5.092
Biblioteca	205	-	-	(4)	-	201
Terrenos	3.389	-	-	-	-	3.389
Imobilizações em andamento	12.051	1.107	232.631	(1.389)	(134.430)	109.970
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável (a)	<u>(4.837)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(4.854)</u>
	<u>1.705.802</u>	<u>117.254</u>	<u>237.636</u>	<u>(36.502)</u>	<u>-</u>	<u>2.024.190</u>

- (a) Durante o exercício de 2016 a Companhia iniciou um processo de inventário de um determinado grupo de ativos nos estabelecimentos localizados nos estados do RJ e SP, e, que representa, em 31 de dezembro de 2016 cerca de 40% do saldo de aparelhos e equipamentos, e, registrou provisão para perdas de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado até que seja concluído o processo de inventário em todos os estabelecimentos da Companhia no exercício de 2018.
- (b) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Os gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção e instalação, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado quando estão disponíveis para o uso.

### ***Movimentação da depreciação acumulada***

	<b>Controladora</b>			
	<b>Movimento do exercício</b>			
	<b>31/12/16</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/17</b>
Imóveis	(594)	(30)	-	(624)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(339.929)	(44.866)	596	(384.199)
Benfeitorias em imóveis próprios	(1.388)	(407)	-	(1.795)
Aparelhos e equipamentos	(325.007)	(71.714)	16.085	(380.636)
Móveis e utensílios	(37.119)	(8.153)	1.189	(44.083)
Instalações	(43.870)	(8.968)	75	(52.763)
Equipamentos de informática	(92.085)	(17.691)	836	(108.940)
Veículos	(3.248)	(158)	34	(3.372)
Biblioteca	(151)	(10)	-	(161)
	<u>(843.391)</u>	<u>(151.997)</u>	<u>18.815</u>	<u>(976.573)</u>

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Movimento do exercício</b>				
	<b>31/12/16</b>	<b>Aquisição controlada (b)</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/17</b>
Imóveis	(2.098)	-	(194)	-	(2.292)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(348.519)	(14.705)	(47.674)	1.831	(409.067)
Benfeitorias em imóveis próprios	(10.794)	-	(1.560)	-	(12.354)
Aparelhos e equipamentos	(338.630)	(14.362)	(74.783)	18.873	(408.902)
Móveis e utensílios	(41.230)	(4.523)	(9.959)	2.520	(53.192)
Instalações	(44.975)	(406)	(9.202)	386	(54.197)
Equipamentos de informática	(96.913)	(9.814)	(19.375)	2.170	(123.932)
Veículos	(6.405)	(418)	(67)	2.116	(4.774)
Biblioteca	(184)	-	(3)	13	(174)
	<u>(889.748)</u>	<u>(44.228)</u>	<u>(162.817)</u>	<u>27.909</u>	<u>(1.068.884)</u>

As adições à depreciação acumulada demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

## 14 Intangível

Controladora				
Taxa média Amortização	31/12/17			31/12/16 Reapresentado (a)
	% a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Aquisição de Participação - Ágio		<u>1.991.170</u>	<u>(142.398)</u>	<u>1.848.772</u>
Outros intangíveis				
Sistemas de informática	20	372.320	(234.199)	138.121
Direito de uso de área comercial	20	1.565	(1.290)	275
Desenvolvimento de projetos	33	93	(56)	37
Marcas	3,3	236.037	(55.315)	180.722
Contrato de exclusividade com clientes	15	12.520	(6.388)	6.132
Relacionamento com clientes/hospitais	5	45.151	(20.995)	24.156
Intangível em andamento	-	<u>6.373</u>	<u>-</u>	<u>6.373</u>
		<u>674.059</u>	<u>(318.243)</u>	<u>355.816</u>
		<u>2.665.229</u>	<u>(460.641)</u>	<u>2.204.588</u>
				<u>2.198.557</u>

  

Consolidado				
Taxa média Amortização	31/12/17			31/12/16 Reapresentado (a)
	% a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Aquisição de participação – Ágio		<u>2.872.773</u>	<u>(248.574)</u>	<u>2.624.199</u>
Outros intangíveis				
Sistemas de informática	20	392.262	(244.350)	147.912
Direito de uso de área comercial	20	1.565	(1.290)	275
Desenvolvimento de projetos	33	113	(59)	54
Marcas	3,3	502.996	(62.217)	440.779
Contrato de exclusividade com clientes	15	15.870	(7.222)	8.648
Relacionamento com clientes/hospitais	5	169.141	(29.540)	139.601
Mais valia de ativo fixo	10	25.435	(2.625)	22.810
Acordo de não competição	10	3.670	-	3.670
Intangível em andamento	-	<u>6.374</u>	<u>-</u>	<u>6.374</u>
		<u>1.117.426</u>	<u>(347.303)</u>	<u>770.123</u>
		<u>3.990.199</u>	<u>(595.877)</u>	<u>3.394.322</u>
				<u>2.636.495</u>

(a) Veja nota explicativa nº 4.

## Movimentação do custo

Controladora							
Movimento do exercício							
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências (d)			31/12/17
Aquisição de participação – Ágio	1.991.170	-	-	-			1.991.170
Outros intangíveis							
Sistemas de informática	277.336	-	-	94.984			372.320
Direito de uso de área comercial	5.901	-	(1.838)	(2.498)			1.565
Desenvolvimento de projetos	93	-	-	-			93
Marcas	236.037	-	-	-			236.037
Contrato de exclusividade com clientes	34.769	-	(2.109)	(20.140)			12.520
Relacionamentos com clientes/hospitais	25.011	-	-	20.140			45.151
Intangível em andamento (d)	39.778	59.081	-	(92.486)			6.373
	618.925	59.081	(3.947)	-			674.059
	2.610.095	59.081	(3.947)	-			2.665.229
	31/12/16 Reapresentado (a)	Empresas adquiridas (b)	Adição de controladas (c)	Adições	Baixas	Transferências (d)	31/12/17
Aquisição de participação – Ágio	2.403.280	1.986	752.769	-	-	(285.262)	2.872.773
Outros intangíveis							
Sistemas de informática	282.923	-	13.520	972	(137)	94.984	392.262
Direito de uso de área comercial	5.901	-	-	-	(1.838)	(2.498)	1.565
Desenvolvimento de projetos	101	-	12	-	-	-	113
Marcas	282.571	-	-	-	(318)	220.743	502.996
Contrato de exclusividade com clientes	25.381	-	-	2.000	(2.108)	(9.403)	15.870
Relacionamentos com clientes/hospitais	124.772	-	-	-	(448)	44.817	169.141
Mais valia de ativo fixo	-	-	-	-	-	25.435	25.435
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	3.670	3.670
Intangível em andamento	39.778	-	-	59.082	-	(92.486)	6.374
	761.427	-	13.532	62.054	(4.849)	285.262	1.117.426
	3.164.707	1.986	766.301	62.054	(4.849)	-	3.990.199

- (a) Veja nota explicativa nº 4.
- (b) Alteração no valor patrimonial de aquisição da empresa adquirida – Gaspar, referente inventário do ativo imobilizado e acerto da adição do intangível provenientes do processo de identificação de ativos. Vide maiores detalhes na Nota explicativa nº 2.
- (c) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

- (d) Os Gastos realizados pela Companhia classificados como intangível em andamento durante o período de desenvolvimento, são transferidos para uma rubrica específica no grupo do intangível quando estão disponíveis para o uso.

### ***Movimentação da amortização acumulada***

	<b>Controladora</b>				
	<b>Movimento do exercício</b>				
	<b>31/12/16</b>			<b>Transfe-</b>	
	<b>Reapresentado (a)</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>rências</b>	<b>31/12/17</b>
Aquisição de participação – Ágio	(142.398)	-	-	-	(142.398)
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(195.521)	(38.678)	-	-	(234.199)
Direito de uso de área comercial	(1.508)	(940)	1.158	-	(1.290)
Desenvolvimento de projetos	(53)	(3)	-	-	(56)
Marcas	(47.447)	(7.868)	-	-	(55.315)
Contrato de exclusividade com clientes	(24.611)	(1.215)	1.171	18.267	(6.388)
Relacionamentos com clientes/hospitais	-	(2.728)	-	(18.267)	(20.995)
	(269.140)	(51.432)	2.329	-	(318.243)
	(411.538)	(51.432)	2.329	-	(460.641)

(a) Veja nota explicativa nº 4.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Movimento do exercício</b>				
		<b>Adição de</b>		<b>Transfe-</b>	
	<b>31/12/16</b>	<b>controladas</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/17</b>
		<b>(a)</b>			
Aquisição de participação – Ágio	(248.574)	-	-	-	(248.574)
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(200.429)	(5.514)	(38.422)	15	(244.350)
Direito de uso de área comercial	(1.508)	-	(939)	1.157	(1.290)
Desenvolvimento de projetos	(56)	-	(3)	-	(59)
Marcas	(50.460)	-	(11.757)	-	(62.217)
Contrato de exclusividade com clientes	(14.438)	-	-1.484	1.171	(7.222)
Relacionamentos com clientes/hospitais	(12.747)	-	(9.264)	-	(29.540)
Mais valia de ativo fixo	-	-	(2.625)	-	(2.625)
	(279.638)	(5.514)	(64.494)	2.343	(347.303)
	(528.212)	(5.514)	(64.494)	2.343	(595.877)

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o período a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

## 15 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u> Reapresen- tado (a)</b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u> Reapresen- tado (a)</b>
Fornecedores nacionais	269.030	248.716	314.729	273.200
Fornecedores estrangeiros	8.232	941	8.279	941
Serviços médicos especializados	<u>41.503</u>	<u>36.151</u>	<u>41.503</u>	<u>36.474</u>
	<u>318.765</u>	<u>285.808</u>	<u>364.511</u>	<u>310.615</u>
Passivo circulante	<u>264.552</u>	<u>252.863</u>	<u>310.015</u>	<u>277.670</u>
Passivo não circulante	<u>54.213</u>	<u>32.945</u>	<u>54.496</u>	<u>32.945</u>

(a) Veja nota explicativa nº 4.

## 16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
<b>Moeda nacional</b>						
<b><u>Capital de giro:</u></b>						
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/2018	8.606	25.926	8.606	25.926
Banco Bradesco S/A (a) (iii)	CDI + 3,66% 14,16% a.a.	13/11/2020	-	-	3.664	-
Banco Itaú S/A (a) (iii)	14,84% a.a. CDI + 3,967	29/07/2020	-	-	20.616	-
Banco ABC (a) (iii)	CDI + 3,75% CDI + 2,43% CDI + 3,66%	19/02/2018	-	-	10.025	-
Banco Santander (a) (iii)	CDI + 3,88% 127,7% CDI	05/10/2021	-	-	36.042	-
Banco HSBC (a) (iii)	CDI + 1,45% 14,90% a.a.	24/08/2018	-	-	1.773	-
Banco Votorantim S/A (a) (iii)	14,99% a.a. CDI + 3,80% CDI + 2,50%	16/01/2020	-	-	23.106	-
<b><u>Capital de giro e financiamento:</u></b>						
Bancos diversos (a)	18,62% a.a.	12/07/2019	-	-	-	403
Bancos diversos (a) (iii)	17,04% a.a.	02/02/2020	-	-	-	9.358
<b><u>Financiamento:</u></b>						
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	6% a.a., 9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/2024	39.216	33.225	39.216	33.225
FINEP – (iv)	TJLP + 3%	15/09/2026	26.498	26.509	26.498	26.509
Notas promissórias (b)	107,0% do CDI	21/06/2019	509.063	-	509.063	-
BNDES – FINAME (a) (iii)	6,00% a.a. 9,50% a.a. Selic+3,58% Selic+4,76% TJLP+4,40%	15/10/2021	-	-	7.534	-
Outros	-	-	-	-	12	-
<b><u>Leasing:</u></b>						
Leasing financeiro – Hitachi	IGPM	22/06/2021	5.131	6.665	5.131	6.665
			588.514	92.325	691.286	102.086
Passivo circulante			217.096	21.330	319.382	28.213
Passivo não circulante			371.418	70.995	371.904	73.873

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.



## **(b) Notas promissórias**

- **Notas promissórias - Em 08 de junho de 2017**, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de 400 notas promissórias, em série única, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 500 ("Notas Promissórias"), com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 21 de junho de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 22 de junho de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Notas Promissórias foram integralmente utilizados para resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures de 6ª emissão da Companhia.

As Notas Promissórias terão prazo de dois anos contados da data de emissão. O valor nominal de cada nota promissória será liquidado no vencimento, 21 de junho de 2019. A remuneração das Notas Promissórias será correspondente a 107,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), a ser paga no vencimento.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / EBITDA - índice máximo	4,00
2- EBITDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava adimplente na controladora e no consolidado com as condições contratuais.

- **Notas promissórias - Em 05 de dezembro de 2017**, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 5ª emissão, pela Companhia, de 300 notas promissórias, em realizada em 3 (três) séries, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais) ("Notas Promissórias"), com valor total de R\$300.000 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 28 de dezembro de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 28 de dezembro de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram integralmente utilizados, para alongamento do perfil de endividamento e reforço de capital de giro da Companhia.

A Emissão foi realizada em 3 séries, sendo (i) 200 Notas Promissórias da primeira série, (ii) 50 Notas Promissórias da segunda série e (iii) 50 Notas Promissórias da terceira série. O prazo (i) das Notas Promissórias da primeira série é de até 365 dias contados da data de emissão, (ii) das Notas Promissórias da segunda série é de até 730 dias contados da data de

emissão e (iii) das Notas Promissórias da terceira série é de até 1.095 dias contados da data de emissão.

Sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias da primeira série incidirão juros remuneratórios de 106,15% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"). Sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias da segunda série incidirão juros remuneratórios de 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI").

Sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias da terceira série incidirão juros remuneratórios de 108,75% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI").

O pagamento do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios de cada série ocorrerá na data de vencimento de cada uma delas.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / EBITDA - índice máximo	4,00
2- EBITDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava adimplente na controladora e no consolidado com as condições contratuais.

#### **Garantias para empréstimos e financiamentos:**

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios
- (iv) Carta de fiança

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	269.659	270.145
2020	63.232	63.232
2021	11.827	11.827
2022 a 2026	<u>26.700</u>	<u>26.700</u>
	<u>371.418</u>	<u>371.904</u>

A Companhia concedeu aval de R\$ 5.145 sendo R\$ 2.294 para a controlada CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda. junto a Pottencial Seguradora S.A., para a controlada CERPE R\$ 1.206 junto ao Itaú Unibanco S.A. R\$ 1.377 junto a JMalucelli Seguradora S/A., e para controlada Gilson Cidrim R\$ 268 junto a JMalucelli Seguradora S/A.

## 17 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

### *Leasing financeiro nacional*

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 5.131 na controladora e no consolidado, sendo deste montante, R\$ 1.504 classificado no passivo circulante e R\$ 3.627 no passivo não circulante.

O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de IGPM.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 16, estão segregados da seguinte forma:

<u>31/12/17</u>						
	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros (a)</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros (a)</b>	<b>Pagamentos futuros Mínimos</b>
Até um ano	1.504	-	1.504	1.504	-	1.504
De um ano e até cinco anos	<u>3.627</u>	<u>-</u>	<u>3.627</u>	<u>3.627</u>	<u>-</u>	<u>3.627</u>
	<u>5.131</u>	<u>-</u>	<u>5.131</u>	<u>5.131</u>	<u>-</u>	<u>5.131</u>

(a) Projeção negativa de juros

	31/12/16					
	Controladora			Consolidado		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	1.491	107	1.598	1.491	107	1.598
De um ano e até cinco anos	<u>5.174</u>	<u>372</u>	<u>5.546</u>	<u>5.174</u>	<u>372</u>	<u>5.546</u>
	<u>6.665</u>	<u>479</u>	<u>7.144</u>	<u>6.665</u>	<u>479</u>	<u>7.144</u>

Os contratos de arrendamento financeiro nacionais estão incluídos no ativo imobilizado R\$ 1.575 na rubrica de aparelhos e equipamentos e R\$ 5.098 hardware (R\$ 1.915 na rubrica de aparelhos e equipamentos e R\$ 6.557 hardware em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

### *Arrendamento mercantil operacional*

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/17			31/12/16		
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total
Até 12 meses	160.788	4.979	165.767	158.043	1.733	159.776
Entre 13 e 60 meses	357.893	11.083	368.976	348.702	3.823	352.525
Após 60 meses	<u>280.612</u>	<u>1.213</u>	<u>281.825</u>	<u>254.932</u>	<u>1.686</u>	<u>256.618</u>
	<u>799.293</u>	<u>17.275</u>	<u>816.568</u>	<u>761.677</u>	<u>7.242</u>	<u>768.919</u>

## 18 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Debêntures não conversíveis	1.100.090	1.250.000
Juros remuneratórios	<u>22.611</u>	<u>38.170</u>
	<u>1.122.701</u>	<u>1.288.170</u>
Custo de transação	(3.001)	(4.103)
Debêntures em tesouraria (a)	<u>(18.618)</u>	<u>(37.851)</u>
	<u>(21.619)</u>	<u>(41.954)</u>
	<u>1.101.082</u>	<u>1.246.216</u>
Circulante	<u>352.547</u>	<u>348.260</u>
Não circulante	<u>748.535</u>	<u>897.956</u>

(a) Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da 1ª série da 5ª emissão, que serão mantidas em custódia junto ao Banco Credit Agricole S.A. para futura recolocação no mercado.

As Debêntures classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização das 4ª, 5ª, 7ª e 8ª Emissões:

	<b>Principal</b>	<b>Custo de transação</b>	<b>Total</b>
2019	141.757	(871)	140.886
2020	275.090	(499)	274.591
2021	200.000	(245)	199.755
2022	<u>133.333</u>	<u>(30)</u>	<u>133.303</u>
	<u>750.180</u>	<u>(1.645)</u>	<u>748.535</u>

### 4ª Emissão

Em 13 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 4ª emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 45.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 450.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 18 de outubro de 2013 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 17 de outubro de 2013, a oferta pública de distribuição. Foram subscritas 45.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 450.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A remuneração é paga semestralmente a partir da data de emissão, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 15 de outubro de 2017 e a segunda parcela para 15 de outubro de 2018.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 16 de outubro de 2013 no montante de R\$ 450.000 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

#### 5ª Emissão

---

Em 09 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 5ª emissão, pela Companhia, em até duas séries, de, no mínimo, 40.000 debêntures e, no máximo, 50.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total de, no mínimo R\$400.000 e, no máximo, R\$500.000, na data de emissão, qual seja, 10 de março de 2015, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 26 de março de 2015 foi encerrada a oferta pública de distribuição. Foram subscritas 40.000 Debêntures.

A primeira série com prazo de 3 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 249.820, não estará sujeita a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,05% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 10 de março de 2017 e a segunda parcela para 10 de março de 2018.

A segunda série com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 150.180, não estará sujeita a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada Debêntures

incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, a primeira parcela com vencimento para 10 de março de 2019 e a segunda parcela para 10 de março de 2020.

A remuneração é paga semestralmente a partir da data de emissão, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 10 de setembro de 2015 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu entre 20 e 23 de março de 2015 no montante de R\$ 400.000 e os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia, incluindo a amortização de principal e o pagamento dos juros das debêntures da segunda e terceira emissão da Companhia, e o saldo, se houver, será utilizado para reforço de capital de giro.

#### 7ª Emissão

---

Em 25 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 7ª emissão, pela Companhia, em série única, de 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10, com valor total de R\$200.000 na data de emissão, qual seja, 19 de dezembro de 2016, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 22 de dezembro de 2016 foi encerrada a oferta pública de distribuição onde foram subscritas 20.000 Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para reforço no capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Debêntures terão prazo de cinco anos contados da data de emissão. O valor nominal de cada Debênture será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, ao final do terceiro, quarto e quinto anos, ou seja, em 19 de dezembro de 2019, 19 de dezembro de 2020 e 19 de dezembro de 2021. A remuneração das Debêntures será correspondente a 112,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), a ser paga semestralmente.

## 8ª Emissão

---

Em 08 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 8ª emissão, pela Companhia, em série única, de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10, com valor total de R\$400.000 na data de emissão, qual seja, 25 de agosto de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 28 de agosto de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição onde foram subscritas 40.000 Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para reforço no capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Debêntures terão prazo de cinco anos contados da data de emissão. O valor nominal de cada Debênture será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, ao final do terceiro, quarto e quinto anos, ou seja, em 25 de agosto de 2020, 25 de agosto de 2021 e 25 de agosto de 2022. A remuneração das Debêntures será correspondente a 108,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), a ser paga semestralmente.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas.



Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

<b>Indicador</b>	<b>Condição contratual (a)</b>	<b>Condição em 31/12/17</b>	<b>Condição em 31/12/16</b>
<i>EBITDA</i> – últimos 12 meses (b)		563.921	529.164
Resultado financeiro – últimos 12 meses		155.537	104.598
Dívida líquida		1.180.259	636.281
1- Dívida líquida / <i>EBITDA</i> - índice máximo			
4ª Emissão	3,00	2,09	1,20
5ª Emissão	3,00	2,09	1,20
7ª Emissão	3,00	2,09	1,20
8ª Emissão	4,00	2,09	1,20
2- <i>EBITDA</i> / Resultado financeiro - índice mínimo			
4ª Emissão	2,00	3,63	5,06
5ª Emissão	2,00	3,63	5,06
7ª Emissão	2,00	3,63	5,06
8ª Emissão	1,50	3,63	5,06

- (a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.
- (b) As informações e *EBITDA*, não fazem parte do escopo de trabalho de revisão dos auditores independentes.

## **Covenants financeiros**

### **Vencimentos antecipados:**

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas obrigações decorrentes das debêntures e, exigir o imediato pagamento, pela Companhia do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das debêntures acrescido da Remuneração. Constituem, principalmente, Eventos Inadimplementos que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial aplicando-se o disposto:

I - (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou qualquer sociedade controlada, exceto se decorrer de uma operação societária que não constitua um evento Inadimplente; (b) decretação de falência da Companhia e/ou qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência da Companhia e/ou qualquer controlada; (d) pedido de falência da Companhia e/ou qualquer Controlada, formulada por terceiros; (e) pedido de recuperação judicial;

II - Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário;

III - Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista nessa Escritura de Emissão.

Constituem os principais eventos de inadimplentes que podem acarretar o vencimento da debênture:

I - Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária, não sanado no prazo de 15 Dias Úteis;

II - Alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia (veja exceções no contrato);

III - Alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.

## 19 Impostos parcelados

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>Termino da amortização</b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
Parcelamento ISS - CERPE	2029	-	-	2.956	3.211
Refis IV - Lab. Gaspar <b>(a)</b>	2024	-	-	2.300	2.430
Parcelamento INSS – LEME <b>(a)</b>	2021	-	-	1.835	2.186
Parcelamento ISS – LEME <b>(a)</b>	2024	-	-	6.821	7.127
Parcelamento – PERT <b>(b)</b>	2018	2.445	-	2.445	-
Parc. taxa de resíduos sólidos – SZD <b>(a)</b>	2022	-	-	1.619	-
Parcelamento PERT - Santa Luzia <b>(a)</b>	2019	-	-	15.881	-
Parcelamento INSS - Santa Luzia <b>(a)</b>	2019	-	-	1.056	-
Outros	2018	<u>48</u>	<u>244</u>	<u>2.523</u>	<u>506</u>
		<u>2.493</u>	<u>244</u>	<u>37.436</u>	<u>15.460</u>
Passivo circulante		<u>2.493</u>	<u>218</u>	<u>16.435</u>	<u>2.601</u>
Passivo não circulante		<u>-</u>	<u>26</u>	<u>21.001</u>	<u>12.859</u>

**(a)** Empresa adquirida pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.

**(b)** A Companhia e suas controladas após análise econômica aliada à opinião dos assessores jurídicos externos, formalizou a adesão de alguns processos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017 e regulamentado pela IN RFB nº 1711/17 de 16 de junho de 2017.

A adesão ao PERT ocorreu na forma prevista no artigo 2º, inciso III, §1º inciso I da medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017.

A Companhia efetuará o pagamento equivalente ao mínimo de 7,5% (sete e meio por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017.

O saldo remanescente, será liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em janeiro de 2018 conforme estabelece os dispositivos legais mencionados.

## 20 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Atualização</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	06/2019	191.629	57.727	191.629	57.727
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	51.576	8.113	53.569	20.511
			<u>243.205</u>	<u>65.840</u>	<u>245.198</u>	<u>78.238</u>
Circulante			<u>152.919</u>	<u>21.964</u>	<u>152.919</u>	<u>21.964</u>
Não circulante			<u>90.286</u>	<u>43.876</u>	<u>92.279</u>	<u>56.274</u>

(a) Atualizada à taxa média de 105,04% do CDI (102,41% do CDI em 31 de dezembro de 2016) em fundos de renda fixa, e 99,98% do CDI (100,03% do CDI em 31 de dezembro de 2016) em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras.

(b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	25.061	25.061
2020	11.957	11.957
2021	1.576	1.576
2023	<u>51.692</u>	<u>53.685</u>
Total	<u>90.286</u>	<u>92.279</u>

## 21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

Controladora				
	31/12/17		31/12/16	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
Trabalhistas e cíveis (a)	19.433	16.147	16.599	15.013
Demandas fiscais e previdenciárias (b)	<u>80.659</u>	<u>47.764</u>	<u>43.274</u>	<u>50.288</u>
	<u>100.092</u>	<u>63.911</u>	<u>59.873</u>	<u>65.301</u>
Consolidado				
	31/12/17		31/12/16	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>
Trabalhistas e cíveis (a)	28.840	21.238	20.486	16.498
Demandas fiscais e previdenciárias (b)	<u>104.694</u>	<u>48.434</u>	<u>54.648</u>	<u>50.942</u>
	<u>133.534</u>	<u>69.672</u>	<u>75.134</u>	<u>67.440</u>

### (a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em 2.091 ações trabalhistas (1.629 em 31 de dezembro de 2016) e em 1.349 ações cíveis administrativas e judiciais (1.502 em 31 de dezembro de 2016). As provisões de R\$ 19.432 (R\$ 16.599 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 28.840 (R\$ 20.486 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável, possível e remoto.

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, em processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500, aplicáveis à operadora de plano de saúde e não à Companhia. Em 20 de agosto de 2015 foi proferida sentença julgando a demanda improcedente. Aguarda-se a interposição de eventual recurso.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio

Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a Companhia a registrar os médicos intervenientes anuentes – o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: “(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade”. A Companhia, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da Companhia foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27 de janeiro de 2016 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03 de maio de 2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é provável para o dano moral coletivo no importe atualizado de R\$ 835 e para o de registro de funcionário de aproximadamente 22 profissionais e remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

#### **(b) Provisões para demandas fiscais e previdenciárias**

As provisões para demandas fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 80.659 (R\$ 43.275 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 104.695 (R\$ 54.648 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2017 o montante consolidado de R\$ 264.956 (R\$ 182.259 em 31 de dezembro de 2016) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 104.039 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, R\$ 87.817 referem-se a cobrança de PIS/COFINS sobre faturamento e importação, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 54.957 e outras contribuições no montante de R\$ 18.143.

Em 07 de março de 2016, a Administração tomou conhecimento ao consultar seu relatório de situação fiscal junto à Receita Federal do Brasil, de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. Em 15 de julho de 2016 a Companhia ajuizou a Ação Declaratória nº 0004053-41.2016.4.03.6144, em curso na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP, visando garantir antecipadamente o valor integral dos débitos tributários objeto da Execução Fiscal mediante oferecimento de apólice de seguro garantia emitida em 13 de julho de 2016, em estrita observância ao disposto na Portaria da PGFN nº 164/2014, bem como nos artigos 151, inciso V, e 206 do CTN. A Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144 foi ajuizada em 10 de agosto de 2016 para a cobrança das CDAs 80 6 16 053101-28 e 80 7 16 021700-63, as quais têm por objeto débitos de PIS e COFINS apurados no ano de 2011 decorrentes do Processo Administrativo Federal nº 16004.720192/2015-69 instaurado pela Receita Federal do Brasil. Em 12 de maio de 2017 foi proferida sentença que confirmou a decisão de tutela de urgência e julgou procedente a ação declaratória para determinar o registro de que os créditos tributários cobrados

pela execução fiscal estão garantidos por meio de seguro garantia idôneo. A Companhia foi citada para responder aos termos da Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144, razão pela qual apresentou uma manifestação nos autos da Ação Declaratória com Pedido de Tutela Provisória nº 0004053-41.2016.4.03.6144 informando sobre a existência da presente execução fiscal e requerendo a transferência da garantia. Atendido os requisitos previstos nos artigos 16, incisos I e II, da Lei nº 6.830/80, 184, caput e § 1º, do CPC, e 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, em 27 de setembro de 2017, a Companhia apresentou os Embargos à Execução Fiscal, tendo sido registrado nos sistemas eletrônicos da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP sob o nº. 0003688-50.2017.403.6144. Atualmente os Embargos à Execução Fiscal estão pendentes de processamento. A avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

### ***Movimentação das provisões para contingências***

Controladora					
	31/12/16	Movimento do exercício			31/12/17
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização	Atualização	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	16.599	25.477	(23.307)	664	19.433
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>43.274</u>	<u>50.036</u>	<u>(26.596)</u>	<u>13.945</u>	<u>80.659</u>
	<u>59.873</u>	<u>75.513</u>	<u>(49.903)</u>	<u>14.609</u>	<u>100.092</u>

Consolidado						
	31/12/16	Movimento do exercício			31/12/17	
	Saldo final	Adição a provisão	Aquisições de controladas (a)	Utilização	Atualização	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	20.486	28.220	3.504	(24.516)	1.146	28.840
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>54.648</u>	<u>57.813</u>	<u>5.055</u>	<u>(27.777)</u>	<u>14.955</u>	<u>104.694</u>
	<u>75.134</u>	<u>86.033</u>	<u>8.559</u>	<u>(52.293)</u>	<u>16.101</u>	<u>133.534</u>

(a) Empresa adquirida pela Companhia. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.235.369 (R\$ 2.234.135 em 31 de dezembro de 2016), representado por 311.926.140 ações ordinárias (310.923.481 em 31 de dezembro de 2016), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 (quinhentos e sessenta milhões) de ações ordinárias.

### b. Composição acionária

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2017			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	304.832.083	97,73%	304.832.083	97,73%
Conselho de Administração	4.345.091	1,39%	4.345.091	1,39%
Ações em tesouraria	34.198	0,01%	34.198	0,01%
Ações em circulação no mercado	2.714.768	0,87%	2.714.768	0,87%
<b>Total de Ações</b>	<b>311.926.140</b>	<b>100,00%</b>	<b>311.926.140</b>	<b>100,00%</b>

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2016			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Controladores	304.832.083	98,04%	304.832.083	98,04%
Conselho de Administração	5.545.091	1,78%	5.545.091	1,78%
Ações em tesouraria	34.198	0,01%	34.198	0,01%
Ações em circulação no mercado	512.109	0,16%	512.109	0,16%
<b>Total de Ações</b>	<b>310.923.481</b>	<b>100,00%</b>	<b>310.923.481</b>	<b>100,00%</b>

### ***c. Pagamento baseado em ações***

Em assembleia geral extraordinária (“AGE”) realizada em 25 de abril de 2016 foi aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes o Plano de Opção de Compra de Ações, onde se estabelece as regras do referido plano. Em AGE realizada em 25 de maio de 2017, os acionistas aprovaram a alteração do referido plano que tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados e administradores da Companhia e de sociedades sob seu controle (“Beneficiários”) recebam opções cujo exercício lhes dê o direito de, futuramente, subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, visando criar alinhamento de interesses entre Beneficiários, a Companhia e seus acionistas, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia. Cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano (“Opção”), sendo vedado o exercício parcial de cada Opção. As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda, durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, 19.902.320 (dezenove milhões, novecentos e dois mil, trezentos e vinte) ações de emissão da Companhia, representativas, na data de criação do Plano, de 6% (seis por cento) de seu capital social, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Caberá à Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração no momento do exercício da Opção, observados os limites impostos pela regulamentação aplicável, pelo Plano e pelo Primeiro Programa, definir se as Ações objeto da Opção serão adquiridas mediante a emissão e subscrição de novas Ações ou mediante a compra de Ações mantidas em tesouraria.

### **Primeiro Programa**

Em 10 de maio de 2016 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, com a celebração de contrato de outorga para a concessão de opções em 01 de julho de 2016. Em 25 de maio de 2017, as partes alteraram o referido contrato de outorga, a fim de refletir as disposições do aditamento ao Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2017, de modo a:

- a) Determinar o vencimento do prazo de carência em 31 de dezembro de 2019 para todas as opções outorgadas sob o Primeiro Programa, independentemente da data da outorga;
- b) Incluir a possibilidade de vencimento antecipado do prazo de carência em hipóteses de alienação de controle, observados os termos do novo item 3.4.1 do Primeiro Programa;
- c) Alterar o prazo de exercício das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa, possibilitando o exercício em 4 (quatro) períodos, conforme definidos na nova redação do item 3.2 do Primeiro Programa, sendo que em cada prazo de exercício o Beneficiário poderá exercer as Opções no todo ou parcialmente, a seu exclusivo critério;
- d) Incluir definição de data de emissão das opções exercidas;
- e) Reduzir o período de lock-up para até 3 (três) meses, contados da respectiva data de emissão;



- f) Alterar as condições da possibilidade de exercício de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Opções outorgadas, em caso de desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia, sem justa causa, e/ou de falecimento, interdição, invalidez permanente ou aposentadoria do Beneficiário, a cada período completo trabalhado pelo Beneficiário para a Companhia até dezembro de cada ano, após a aprovação do Primeiro Programa, e não mais a cada ano de trabalho completo.

O preço de aquisição das Ações, será de R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por Ação, correspondente ao preço oferecido no âmbito da oferta pública de aquisição de ações da Outorgante lançada em 29 de dezembro de 2015 por Cromossomo Participações S.A., liquidada em 1º de fevereiro de 2016, e será corrigido a partir da data da aprovação do Primeiro Programa pela Assembleia Geral da Outorgante, de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da Opção.

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor justo da ação em R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	682.041	3.074	
- Liquidações/Cancelamentos/Atualizações	(257.227)	(5.694)	
- Concedidas	<u>1.002.094</u>	<u>4.916</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.426.908</u>	<u>2.296</u>	(a)

Devido às atualizações na precificação do plano no período, o efeito no resultado referente ao valor justo das opções foi um estorno de R\$ 421 na rubrica Despesas gerais e administrativas, nota explicativa nº 25.

(a) O valor justo na data de outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$	1,61
Preço da ação ajustado	R\$	7,686
Desconto de liquidez		30,0%
Preço de exercício	R\$	13,64
Volatilidade do preço de ação		38,4%
Carência (55 meses)		4,58 Anos
Taxa de retorno livre de risco		5,02%

## Segundo Programa

Em 25 de maio de 2017 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações, com a celebração de contrato de outorga para a concessão de opções em 01 de junho de 2017, o qual se regerá, basicamente, pelas seguintes cláusulas e condições:

- a) Cada opção dará direito ao Outorgado de subscrever ou adquirir uma Ação;
- b) Caberá à Outorgante, por decisão do Conselho de Administração no momento do exercício da Opção, observados os limites impostos pela regulamentação aplicável, pelo Plano e pelo Segundo Programa, definir se as Ações objeto da Opção serão adquiridas mediante a emissão e subscrição de novas Ações ou mediante a compra de Ações mantidas em tesouraria;
- c) Os acionistas da Outorgante não terão direito de preferência na outorga ou no exercício das Opções de acordo com o Plano, conforme previsto nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei nº 6.404 de 1976;
- d) As Opções outorgadas terão um prazo de carência até 31 de dezembro de 2020 e só poderão ser exercidas a partir do término do Prazo de Carência e dentro de cada Prazo de Exercício;
- e) No caso de alienação, direta ou indireta, pelos controladores da Outorgante, de ações que implique alteração do controle da Outorgante, o prazo de carência será reduzido (com a consequente antecipação dos prazos de exercício), de forma que as Opções possam ser exercidas pelos beneficiários em tempo hábil para que as Ações decorrentes da liquidação do exercício das Opções possam ser vendidas na oferta pública de aquisição a ser efetivada nos termos dos regulamentos e leis aplicáveis, assim como do Estatuto Social da Outorgante, se aplicável.;
- f) Após o término do período de carência, as Opções poderão ser exercidas em 4 períodos, sendo que em cada prazo de exercício o beneficiário poderá exercer as Opções no todo ou parcialmente, a seu exclusivo critério;
- g) O Outorgado poderá definir quantas Opções deseja exercer, inclusive em cada prazo de exercício, mas, cada Opção será necessariamente exercível em sua totalidade, vedado o exercício parcial; e
- h) O preço de aquisição das Ações, será de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por Ação, e será corrigido a partir da data da aprovação do Segundo Programa pela Assembleia Geral da Outorgante, de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da Opção.

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor justo da ação em R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	
- Concedidas	738.929	9.495	
- Liquidações/Cancelamentos/Atualizações	<u>(21.429)</u>	<u>(5.893)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>717.500</u>	<u>3.602</u>	(a)

A despesa referente ao valor justo das opções reconhecida no período de R\$ 3.602 foi registrada na rubrica Despesas gerais e administrativas, nota explicativa nº 25.

(a) O valor justo na data de outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$	5,02
Preço da ação ajustado	R\$	18,90
Desconto de liquidez		30,0%
Preço de exercício	R\$	28,44
Volatilidade do preço de ação		38,5%
Carência (56 meses)		4,67 Anos
Taxa de retorno livre de risco		5,00%

## Segundo Programa - Outorgas diferenciadas

Em 05 de setembro de 2017 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração as seguintes alterações do Segundo Programa de Opção de Compra de Ações:

- Outorga de até 1.415.000 (um milhão quatrocentas e quinze mil) opções em “regime diferenciado”, conforme facultado pela Cláusula 3.3(e) do Plano de Opção de Compras de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2016 e aditado conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017;
- Alteração da minuta padrão de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia relativa ao Segundo Programa, para refletir o “regime diferenciado” de outorga;
- Outorga de opções em “regime diferenciado”, com a eleição de beneficiários no âmbito do Segundo Programa.

Em decorrência das alterações aprovadas, foram celebrados em 06 de setembro de 2017 os Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações aplicáveis às Outorgas Diferenciadas.

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>	<u>Valor justo da ação em R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	
- Concedidas	78.491	432	
- Liquidações/Cancelamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>78.491</u>	<u>432</u>	(a)

A despesa referente ao valor justo das opções reconhecida no período de R\$ 432 foi registrada na rubrica Despesas gerais e administrativas, nota explicativa nº 25.

(a) O valor justo na data de outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$	5,50
Preço da ação ajustado	R\$	19,99
Desconto de liquidez		30,0%
Preço de exercício	R\$	26,92
Volatilidade do preço de ação		38,50%
Carência (53 meses)		4,42 Anos
Taxa de retorno livre de risco		4,10%

***d. Ações em tesouraria***

Descrição da operação	Preço médio por ação em R\$		
	Quantidade de ações	Valor	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	34.198	549	16,06
Movimento no período	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>34.198</u>	<u>549</u>	<u>16,06</u>

Em AGE realizada em 27 de setembro de 2017, foi aprovada a aquisição pela Companhia de 1.200.000 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do Dr. Romeu Cortes Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, ao preço de R\$ 25,00 por ação, bem como o cancelamento das ações objeto da recompra, conforme aprovado em reunião do conselho de Administração de 11 de setembro de 2017.

***e. Lucro por ação***

*Básico*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	131.443	94.738
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	311.926	311.803
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	<u>(34)</u>	<u>(914)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	311.892	310.889
Lucro básico por ação - (em R\$)	0,42144	0,30473

*Diluído*

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição, que são as opções do plano de opção de compra de ações.

	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 a 31/12/2016</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	131.443	94.738
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	311.892	310.889
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	<u>19.902</u>	<u>19.902</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	331.794	330.791
Lucro diluído por ação – (em R\$)	0,39616	0,28640

Com a liquidação de grande parte do segundo programa do plano de ações, divulgado item (c) desta nota explicativa, praticamente não há mais nenhum instrumento financeiro diluidor das ações.

***f. Reserva especial de ágio na incorporação***

***Reestruturação societária aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2017***

Em 27 de novembro de 2017, os administradores da Companhia e da CROMOSSSOMO Participações II S.A. (“CROMO II”), acionista da Companhia, após concluírem estudos relativos à Companhia e à CROMO II celebraram, na forma e para os efeitos do que dispõem os artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e submeteram à apreciação dos acionistas da Companhia e da CROMO II em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2017, o PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO (“Protocolo”), que estabeleceu as bases da proposta de incorporação pela Companhia da totalidade do patrimônio líquido da CROMO II, a valor contábil, sucedendo a CROMO II em todos os seus direitos e obrigações, com efeitos a partir da aprovação deste protocolo pelas respectivas Assembleias Gerais da Companhia e CROMO II. Com a extinção da CROMO II, as ações representativas do seu capital social foram canceladas e extintas, sendo que o capital social da Companhia permaneceu inalterado após a incorporação, portanto, não houve diluição da participação atualmente detida pelos atuais acionistas no capital social da Companhia. As ações de emissão da Companhia detidas pela CROMO II foram canceladas e novas ações, na mesma quantidade, foram emitidas para os atuais acionistas da CROMO II. A incorporação simplificou a estrutura acionária e redução de atividades administrativas e custos operacionais do grupo econômico onde está inserido a Companhia, tornando a administração conjunta mais eficiente, além disso, como consequência da incorporação, a Companhia amortizará fiscalmente o ágio no valor total de R\$ 1.039.319 registrado quando da aquisição pela CROMO II, em 2014, de sua participação na Companhia, que resultará no benefício econômico no montante de R\$ 353.368. Os benefícios advindos da amortização fiscal do ágio serão aproveitados por todos os acionistas da Companhia, independente de espécie ou classe da ação.

O laudo de avaliação do patrimônio líquido da CROMO II anexado ao Protocolo teve seu valor determinado com base no critério contábil, na data de referência de 30 de setembro de 2017, com base no balanço patrimonial elaborado pela Administração da CROMO II na mesma data e para esse fim específico. De acordo com as informações constantes do laudo, o valor do acervo líquido da CROMO II em 30 de setembro de 2017, excluindo a conta que registra o próprio investimento na Companhia, incorporadora, é de R\$ 353.368. Esse valor é composto exclusivamente: (i) pelo ativo fiscal diferido decorrente do benefício proveniente da amortização fiscal do ágio associado ao investimento na própria Companhia, no valor de R\$ 353.368; e (ii) pelo acervo líquido negativo de R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos), relacionado aos outros ativos e passivos da sociedade. Nos termos do Artigo 6º, parágrafo 1º da Instrução CVM nº 319/99, a totalidade do acervo líquido da CROMO II será registrada em contrapartida a conta de reserva especial de ágio na incorporação, sem aumento de capital.

Em 20 de dezembro de 2017 o acervo líquido da CROMO II incorporado pela Companhia está composto por:

(em milhares de reais)

## **ATIVO**

### **Circulante**

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Bancos conta movimento	14	
Aplicações financeiras	1.471	1.485

#### **Créditos tributários**

Créditos tributários	7.539	
Tributos antecipados	98	7.637

**9.122**

### **Não circulante**

#### **Créditos tributários**

Impostos diferidos		353.368
--------------------	--	---------

#### **Intangível**

Ágio sobre investimento em participações societárias	1.853.301	
Provisão - ágio na incorporação	(1.853.301)	-

**353.368**

**362.490**

## **PASSIVO**

### **Circulante**

#### **Exigibilidades - circulante**

Fornecedores	1	
Dividendos à pagar	8.960	
Tributos a recolher	102	9.063

**9.063**

### **Patrimônio Líquido**

#### **Reservas**

Res.especial de ágio na incorporação		353.427
--------------------------------------	--	---------

**353.427**

**362.490**

A seguir está demonstrada a dispersão acionária antes e após a reestruturação societária.

## DISPERSÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

### Antes da reorganização societária aprovada na AGE realizada em 20 de dezembro de 2017

Acionistas	Ações ON (Unid.)	%
Espólio de Edson de Godoy Bueno	37.505.119	12,03%
Dulce Pugliese de Godoy Bueno	36.034.265	11,55%
Cromossomo Participações II S.A.	231.292.699	74,17%
Conselho de Administração	4.345.091	1,39%
Ações em tesouraria	34.198	0,01%
Ações em circulação no mercado	2.639.768	0,85%
<b>Total de Ações</b>	<b>311.851.140</b>	<b>100,00%</b>

### Após reorganização societária aprovada na AGE realizada em 20 de dezembro de 2017

Acionistas	Ações ON (Unid.)	%
Espólio de Edson de Godoy Bueno	37.505.123	12,03%
Dulce Pugliese de Godoy Bueno	36.034.269	11,55%
Cromossomo Participações III S.A.	231.292.691	74,17%
Conselho de Administração	4.345.091	1,39%
Ações em tesouraria	34.198	0,01%
Ações em circulação no mercado	2.639.768	0,85%
<b>Total de Ações</b>	<b>311.851.140</b>	<b>100,00%</b>



***g. Dividendos***

***Dividendos e Juros sobre o capital próprio***

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo, 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

O Conselho de Administração deliberou no dia 26 de dezembro de 2017 sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante bruto de R\$ 42.198 (R\$ 0,1352978276 por ação), ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram creditados.

Lucro líquido do exercício	131.443
Constituição da reserva legal	<u>(6.572)</u>
Base para distribuição de dividendos	124.871
<b>Proposta de Dividendos</b>	
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	31.218
Juros sobre o capital próprio (líquido de imposto de renda)	35.870
<b>Forma de Pagamento</b>	
Juros sobre o capital próprio	42.198
(-) Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	<u>(6.328)</u>
	<u>35.870</u>
 Total de dividendos e juros sobre o capital próprio bruto à distribuir	 42.198
 Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2017 (ex-tesouraria)	 311.891.942
 Total de dividendos e juro sobre o capital próprio bruto por ação (ex-tesouraria)	 0,1352978276

## Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2017, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 20 de abril de 2017, onde os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como de orçamento de capital do ano de 2018, observadas a legislação societária vigente e disposições constantes de seu estatuto social, conforme se segue:

	(Não auditado)
<b>Aplicações:</b>	
Expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento	317.511
Modernização tecnológica	76.039
Outros	5.216
	<b>398.766</b>
<b>Fontes:</b>	
Reserva de retenção de lucro do exercício de 2017	82.673
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2018 (não auditado)	316.093
	<b>398.766</b>

## 23 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta, para fins fiscais, e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
Receita operacional bruta	3.199.717	3.068.549	3.718.341	3.352.769
Deduções:				
Impostos	(186.067)	(177.440)	(219.291)	(196.517)
Provisão por glosas e inadimplência	(435)	(11.223)	(10.440)	(12.639)
Perdas por glosas e inadimplência	(42.491)	(61.162)	(54.991)	(72.910)
Descontos	<u>(31.048)</u>	<u>(29.556)</u>	<u>(34.311)</u>	<u>(29.928)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.939.676</u>	<u>2.789.168</u>	<u>3.399.308</u>	<u>3.040.775</u>

## 24 Custo dos serviços prestados

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
Custo com pessoal	452.654	501.574	573.384	574.454
Custo com material	500.940	468.258	611.270	520.352
Custo com serviços e utilidades	793.421	757.569	876.229	790.014
Custo com depreciações e amortizações	143.252	166.705	150.912	170.678
Gastos gerais	<u>19.162</u>	<u>18.989</u>	<u>26.785</u>	<u>20.703</u>
	<u>1.909.429</u>	<u>1.913.095</u>	<u>2.238.580</u>	<u>2.076.201</u>

## 25 Despesas gerais e administrativas por natureza

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
Despesas com pessoal	236.392	222.893	286.403	248.707
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	51.027	49.555	54.512	53.079
Plano de opção de compra de ações (a)	3.613	3.059	3.613	3.059
Serviços e utilidades	122.723	108.796	153.321	124.121
Propaganda e publicidade	34.515	23.498	37.725	24.766
Frete	56.527	52.205	63.666	58.705
Depreciações e amortizações	71.221	56.445	76.944	58.499
Impostos e taxas	5.465	12.520	10.373	15.061
Provisões diversas	61.053	48.595	58.814	50.859
Despesas gerais	<u>61.897</u>	<u>15.047</u>	<u>77.725</u>	<u>17.063</u>
	<u>704.433</u>	<u>592.613</u>	<u>823.096</u>	<u>653.919</u>

(a) Os detalhes sobre o Plano de outorga de Ações estão apresentados na nota explicativa nº 22 (c).

## 26 Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>	<b><u>31/12/17</u></b>	<b><u>31/12/16</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(176.417)	(187.492)	(184.599)	(190.469)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.844)	(461)	(1.910)	(462)
Outros	<u>(31.093)</u>	<u>(18.836)</u>	<u>(34.174)</u>	<u>(19.916)</u>
	(209.354)	(206.789)	(220.683)	(210.847)
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	57.244	95.055	63.241	105.807
Variações cambiais e monetárias ativas	253	299	257	299
Outros	<u>1.550</u>	<u>180</u>	<u>1.648</u>	<u>144</u>
	<u>59.047</u>	<u>95.534</u>	<u>65.146</u>	<u>106.250</u>
	<u>(150.307)</u>	<u>(111.255)</u>	<u>(155.537)</u>	<u>(104.597)</u>

## 27 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados pelo regime do lucro real, exceto para as controladas Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Petrópolis Ltda., Antonio P. Gaspar Lab. Ltda., Sawaya e Giana Serviços Aux.de Org.de Escritórios Ltda., Laboratório Oswaldo Cruz Ltda., BIOMED Diagnósticos Laboratoriais Ltda., Laboratório de Pesq. Clínicas e Bromatológicas Ltda. e MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda., nas quais é adotado o regime do lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	181.201	142.666	180.528	195.389
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(61.608)	(48.506)	(61.380)	(66.432)
<b>Exclusões ( adições ) permanentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	384	(6.905)	-	-
Juros sobre capital próprio	14.347	8.500	14.347	8.500
Despesas indedutíveis	(1.990)	(1.670)	(2.101)	(1.740)
<b>Outros ajustes</b>				
Lucro presumido	-	-	4.057	6.299
Baixa de imposto diferido (a)			-	(47.578)
Outros	(891)	654	(993)	768
	<u>(49.758)</u>	<u>(47.927)</u>	<u>(46.070)</u>	<u>(100.183)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.832)	(9.948)	(13.946)	(14.836)
Impostos diferidos	<u>(42.926)</u>	<u>(37.979)</u>	<u>(32.124)</u>	<u>(85.347)</u>
Total	<u>(49.758)</u>	<u>(47.927)</u>	<u>(46.070)</u>	<u>(100.183)</u>
Aliquota efetiva	<u>-27%</u>	<u>-34%</u>	<u>-26%</u>	<u>-51%</u>

**(a) Baixa do imposto diferido ativo da controlada CientificaLab**

Considerando que se manteve a situação já apresentada no 1º trimestre de 2016, onde a Administração constatou um aumento importante nas perdas com recebíveis em razão da inadimplência de determinados clientes do mercado público, a Administração da Companhia, reduziu o número de serviços prestados à essas fontes pagadoras e desta forma revisou novamente suas projeções de resultados para a controlada CientificaLab o que resultou em redução no crescimento previsto para suas receitas junto a estas fontes pagadoras inadimplentes para os próximos anos. Com base nesta revisão foi possível constatar que são remotas as possibilidades de geração de lucros tributáveis que permitam a utilização dos ativos fiscais diferidos registrados na controlada, no prazo de 10 anos, desta forma, a Companhia realizou no período findo em 30 de junho de 2016 a baixa dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 49.192.

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2017 e 2016 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

***Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	<b>Balanco Patrimonial Controladora</b>		<b>Resultado Controladora</b>
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/17</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	210.085	213.076	(2.991)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	36.070	33.960	2.110
Provisão serviços médicos especializados	14.185	12.137	2.048
Provisões diversas	17.971	22.398	(4.427)
Provisões para obsolescência	3.272	13.585	(10.313)
AVP - Títulos a receber de longo prazo	8.454	-	8.454
Provisão para contingências	31.316	17.303	14.013
Reversão da vida útil do imobilizado	15.211	-	15.211
Outros	1.202	1.685	(483)
Intangível identificado nas aquisições de participações	3.168	394	2.774
Diferido na incorporação reversa de controladora	353.369	-	353.369
Amortização de ágio	(497.558)	(429.046)	(68.512)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(69.643)	(73.401)	3.758
Reversão da vida útil do imobilizado	-	(167)	167
Outros	(5.026)	(6.416)	1.390
AVP - Clientes	(6.519)	-	(6.519)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo</b>	<b>115.557</b>	<b>(194.492)</b>	
			<b>310.049</b>
<b>Variação patrimonial que não afeta resultado</b>			
Intangível identificado nas aquisições de participações			394
Imposto diferido na incorporação reversa de controladora			(353.369)
			<b>(352.975)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado</b>			<b>(42.926)</b>
<b><u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u></b>			
Ativo fiscal diferido	115.557	-	
Passivo fiscal diferido	-	(194.492)	
<b><u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u></b>	<b>115.557</b>	<b>(194.492)</b>	
<b><u>Reconciliação do ( Passivo ) fiscal diferido</u></b>			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2016	(194.492)		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(42.926)		
Variação patrimonial que não afeta resultado	352.975		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>115.557</b>		

	<b>Balanço Patrimonial Consolidado</b>		<b>Resultado Consolidado</b>
	<b>31/12/17</b>	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/17</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	223.852	215.607	8.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	46.484	36.943	9.541
Amortização de ágio	(804)	724	(1.528)
Provisão serviços médicos especializados	14.185	12.137	2.048
Provisões diversas	21.332	23.157	(1.825)
Provisões para obsolescência	3.272	13.585	(10.313)
AVP - Títulos a receber de longo prazo	8.454	-	8.454
Provisão para contingências	32.086	17.527	14.559
Reversão da vida útil do imobilizado	15.055	-	15.055
Outros	1.183	1.685	(502)
Intangível identificado nas aquisições de participações	3.168	394	2.774
Diferido na incorporação reversa de controladora	353.369	-	353.369
Amortização de ágio	(498.189)	(429.677)	(68.512)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(74.267)	(78.246)	3.979
Reversão da vida útil do imobilizado	-	(370)	370
Outros	(5.006)	(6.413)	1.407
AVP - Clientes	(6.519)	-	(6.519)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo</b>	<b>137.655</b>	<b>(192.947)</b>	
			<b>330.602</b>
<b>Variação patrimonial que não afeta resultado</b>			
Intangível identificado nas aquisições de participações			394
Imposto diferido na aquisição de controladas - SZD (a)			(9.751)
Imposto diferido na incorporação reversa de controladora			(353.369)
			<b>(362.726)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado</b>			<b>(32.124)</b>
<b><u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u></b>			
Ativo fiscal diferido	145.928	8.289	
Passivo fiscal diferido	(8.273)	(201.236)	
<b><u>Passivo fiscal Diferido, líquido</u></b>	<b>137.655</b>	<b>(192.947)</b>	
<b><u>Reconciliação do ( Passivo ) fiscal diferido</u></b>			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2016	(192.947)		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(32.124)		
Variação patrimonial que não afeta resultado	362.726		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>137.655</b>		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2017.



## 28 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

### *Estrutura do gerenciamento de risco*

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

- Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros (“Política”), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2017:

Consolidado	Vencimento				
	2018	2019	2020 a 2021	2022 em diante	Total
Fornecedores	310.015	26.202	28.294	0	364.511
Empréstimos bancários e financiamentos	319.382	270.145	75.059	26.700	691.286
Debêntures	352.547	140.886	474.346	133.303	1.101.082
Impostos parcelados	16.435	9.624	4.984	6.393	37.436
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>152.919</u>	<u>25.061</u>	<u>13.533</u>	<u>53.685</u>	<u>245.198</u>
	<u>1.151.298</u>	<u>471.918</u>	<u>596.216</u>	<u>220.081</u>	<u>2.439.513</u>

- Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora que representam 13,34% (14,76% em 31 de dezembro de 2016) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado de 15,81% (16,24% em 31 de dezembro de 2016) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.299.624 (R\$ 945.965 em 31 de dezembro de 2016) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados à Administração da Companhia.

#### *Gestão de capital*

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

A alavancagem financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	691.286	102.086
Debêntures (a)	<u>1.101.082</u>	<u>1.246.216</u>
Total da dívida bruta	<u>1.792.368</u>	<u>1.348.302</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(612.109)</u>	<u>(712.020)</u>
Dívida líquida	<u>1.180.259</u>	<u>636.282</u>
Patrimônio líquido	3.319.948	2.861.044
Índice	0,35385	0,22240

(a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

A Companhia está sujeita a níveis máximos de endividamento nos termos da nota explicativa nº 18.

## Instrumentos financeiros por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

Descrição	Controladora					
	31/12/17			31/12/16		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	473.068	-	-	663.115	-	-
Contas a receber de clientes	-	520.534	-	-	464.711	-
	<u>473.068</u>	<u>520.534</u>	<u>-</u>	<u>663.115</u>	<u>464.711</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	-	318.765	-	-	285.808
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	588.514	-	-	92.325
Debêntures	-	-	1.101.082	-	-	1.246.216
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	243.205	-	-	65.840
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.251.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.690.189</u>
<b>Consolidado</b>						
Descrição	31/12/17			31/12/16		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	665.679	-	-	732.531	-	-
Contas a receber de clientes	-	663.400	-	-	551.184	-
	<u>665.679</u>	<u>663.400</u>	<u>-</u>	<u>732.531</u>	<u>551.184</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	-	364.511	-	-	310.615
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	691.286	-	-	102.086
Debêntures	-	-	1.101.082	-	-	1.246.216
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	245.198	-	-	78.238
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.402.077</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.737.155</u>

## **Hierarquia de valor justo**

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 600.468 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 701.505 em 31 de dezembro de 2016).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### *Valores estimados de mercado*

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

## **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen de 29 de dezembro de 2017, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,75% para o CDI e 4,39% para IGP-M.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras consolidadas, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017.

Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 53.569 em 31 de dezembro de 2017, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/17	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	629.651	CDI	42.501	31.876	21.251
			6,75%	5,06%	3,38%
Aplicação Financeira	20.979	IGP-M	921	691	460
			4,39%	3,29%	2,20%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas no consolidado, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/17	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.122.702	CDI	75.782	94.728	113.674
			6,75%	8,44%	10,13%
Notas promissórias	509.536	CDI	34.394	42.992	51.591
			6,75%	8,44%	10,13%
Financiamento de capital de giro	84.325	CDI	5.692	7.115	8.538
			6,75%	8,44%	10,13%

(a) Taxa sujeita à variação



## Valor justo

	Controladora			
	31/12/17		31/12/16	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b><u>ATIVO</u></b>				
Aplicações Financeiras (a)	418.979	418.979	651.015	651.015
Depósitos judiciais	63.911	63.911	65.301	65.301
Clientes	520.534	520.534	464.711	464.711
<b><u>PASSIVO</u></b>				
Fornecedores (a)	318.765	318.765	285.808	285.808
Debêntures	1.101.082	1.103.670	1.246.216	1.244.714
Notas promissórias	509.063	509.063	-	-
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	79.451	79.451	92.325	92.292

	Consolidado			
	31/12/17		31/12/16	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b><u>ATIVO</u></b>				
Aplicações Financeiras (a)	600.468	600.468	701.505	701.505
Depósitos judiciais	69.672	69.672	67.440	67.440
Clientes	663.400	663.400	551.184	551.184
<b><u>PASSIVO</u></b>				
Fornecedores (a)	364.511	364.511	310.615	310.615
Debêntures	1.101.082	1.103.670	1.246.216	1.244.714
Notas promissórias	509.063	509.063	-	-
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	182.223	182.223	102.086	102.053

(a) Saldo reapresentados em 31 de dezembro de 2016. Veja nota explicativa nº 4.

## 29 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

### a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
<b>Ativo circulante – Clientes</b>		
CientificaLab	225	1.301
CERPE	186	393
Previlab	89	126
Gaspar	241	285
Gilson Cidrim	199	17
Oswaldo Cruz	110	-
Leme	258	-
Vital Brasil	84	-
Santa Luzia	140	-
MOB	<u>34</u>	<u>-</u>
	<u>1.566</u>	<u>2.122</u>
<b>Passivo circulante - Outras contas a pagar</b>		
CRMI Petrópolis	351	-
DASA RE (i)	<u>76</u>	<u>74</u>
	<u>427</u>	<u>74</u>
 <b><u>Resultado do período</u></b>	 <b><u>31/12/17</u></b>	 <b><u>31/12/16</u></b>
<b>Receita de serviços</b>		
CientificaLab	3.169	9.510
CERPE	2.730	2.396
Previlab	6.352	1.596
Gaspar	2.557	655
Gilson Cidrim	1.303	53
Oswaldo Cruz	842	-
Leme	2.819	-
Vital Brasil	340	-
Santa Luzia	140	-
MOB	<u>34</u>	<u>-</u>
	<u>20.286</u>	<u>14.210</u>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
DASA RE (i)	914	897
CRMI Petrópolis (ii)	638	599
CientificaLab (ii)	<u>153</u>	<u>110</u>
	<u>1.705</u>	<u>1.606</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas informações trimestrais consolidadas.

**b) Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017**

<u>Mutuário</u>	<u>Saldo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa</u>
Santa Luzia	13.814	2020	120% do CDI

**c) Remuneração da administração**

A remuneração total da administração, incluindo a remuneração fixa e gratificações R\$ 11.205 no exercício (22.890 no exercício de 2016), sendo R\$ 3.024 no exercício de 2017 (R\$ 3.228 no exercício de 2016) paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no período findo em 31 de dezembro de 2017 e contou com 5 membros no mesmo período de 2016), e de R\$ 8.181 no exercício 2017 (R\$ 19.662 no exercício de 2016) paga aos diretores estatutários (contou com 10 diretores estatutários no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 10 no mesmo período de 2016).

As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em ações estão divulgadas na nota explicativa nº 22 (c). Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

**d) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais são:

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Medparts Participações e Negócios Ltda.:** Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. – CERPE, que presta serviço à Companhia e sua controlada CERPE, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.

- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor médico executivo da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.

- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionista da Companhia e do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.

- **Amil Impar:** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda. (antiga Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.):** O espólio do Sr. Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas Companhia e também controladores da empresa PTR7, a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas.

- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, sobrinho do Sr. Edson de Godoy Bueno e primo do CEO, Sr. Pedro de Godoy Bueno.

- **Connect Care Serviços Médicos Ltda.:** Empresa prestadora de serviços tem como controlador Fernando Domingues, filho do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia.

- **BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de locação de imóvel com a Companhia.

- **Seven Seas Partner - Saúde e Prevenção Ltda-ME:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços

- **EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda. - EPP:** Empresa prestadora dos serviços de coordenação dos elementos relacionados aos exames de neuroradiologia, que tem como controlador Sr. Leonardo Modesti Vedolin, diretor de produção dos serviços de radiologia e diagnósticos por imagem da Companhia.

- **VIDA - Posto de Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pela Dra. Natasha Slhessarenko Fraife Barreto, diretora médica da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços.

- **Romeu Côrtes Domingues:** Presidente do Conselho de Administração e acionista da Companhia.

1. Em AGE realizada em 27 de setembro de 2017, foi aprovada a aquisição pela Companhia de 1.200.000 ações ordinárias de sua missão e de titularidade do Dr. Romeu Cortes Domingues, ao preço de R\$ 25,00 por ação, bem como o cancelamento das ações objeto da recompra, conforme aprovado em reunião do conselho de administração de 11 de setembro de 2017.
2. Pagamento de indenização ao Sr. Romeu Cortês Domingues, nos termos do contrato de associação celebrado em 7 de dezembro de 2010 em decorrência da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A Indenização devida pela Companhia abrange o pagamento dos valores de juros e/ou multas de ofício e/ou de mora (exceto o valor de principal) cobrados ao Sr. Romeu Cortês Domingues pela Receita Federal do Brasil nos autos do Processo Administrativo nº 12448.725792/2014-62, relativos ao imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital diretamente decorrente da incorporação de ações da MD1 Diagnósticos S.A. pela Companhia, que serão devidamente quitados com a adesão e nos termos do parcelamento.

A transação prevê o pagamento pela Companhia ao Sr. Romeu Cortês Domingues o montante total de R\$ 16.912, correspondente ao valor de multas de ofício e/ou de mora e juros, conforme divulgado em 25 de agosto de 2017 no site de RI da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2017			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2016		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(16)	-	-	(15)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(30)	-	-	(29)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(8)	-	-	(6)	-
- A e C Consultores Ltda.	(31)	-	-	(30)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	100.531	-	-	80.119	-	(1.656)
- AMIL Impar (a)	15.931	-	-	8.714	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.294)	-	-	(1.255)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(3.027)	-	-	(1.467)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(137)	-	-	(134)	-	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prevenção Ltda.	(50)	-	-	(10)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(13)	-	-	-	-	-

- (a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	Receitas / (Despesas) 31/12/2017			Receitas / (Despesas) 31/12/2016		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(179)	-	-	(192)	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(310)	-	-	(306)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(356)	-	-	(368)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(96)	-	-	(99)	-
- A e C Consultores Ltda.	(356)	-	-	(391)	-	-
- Pesmed – Pesquisas e Serv. Médicos Ltda.	(495)	-	-	(459)	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(2.149)	-	-	(2.267)	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(291)	-	-	(273)	-	-
- ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.	(2.515)	-	-	(2.624)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	633.729	-	(41.352)	606.702	-	(46.692)
- AMIL Impar	58.535	-	-	44.350	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(15.200)	-	-	(14.173)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(17.556)	-	-	(21.164)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(1.609)	-	-	(267)	-	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prevenção Ltda.	(542)	-	-	(336)	-	-
- EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda.	(524)	-	-	(976)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(20)	-	-	-	-	-

## 30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros era composta por R\$ 2.232.871 para danos materiais e R\$ 100.000 para lucros cessantes, sendo R\$ 1.199.233 para os prédios, R\$ 811.129 para Máquinas, Móveis e Utensílios, R\$ 56.498 para Mercadorias e Matéria-Prima, e, R\$ 166.011 para Bens de terceiros.

## 31 Eventos subsequentes

### Reorganização societária - Incorporação de controladas

- **Incorporação de sociedades controladas**

Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2018, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de janeiro de 2018 entre as administrações da Companhia e das sociedades incorporadas Biomed Diagnósticos Laboratoriais Ltda., Laboratório Médico Vital Brasil Ltda. e Laboratório Oswaldo Cruz Ltda, sendo extintas e sucedidas pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital, consequentemente, os acionistas consignaram o expreso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não haverá relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal. Em face das deliberações aprovadas, foi declarada, nos termos do Artigo 227, § 3º, da Lei das S.A., efetivada a Incorporação, em decorrência do que, as Sociedades são extintas e sucedidas pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações.

\* \* \* \*

Pedro de Godoy Bueno  
Diretor Presidente

Carlos de Barros Jorge Neto  
Diretor Administrativo, Financeiro e de  
Relação com Investidores

Daniel Vendramini da Silva  
TC-CRC 1SP125812/O-1